

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAEL RODRIGUES VIEGAS

RECRUTAMENTO, SOCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO INSTITUCIONAL: UM  
ESTUDO DOS ASSESSORES JURÍDICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
PARANÁ



CURITIBA  
2013

RAFAEL RODRIGUES VIEGAS

RECRUTAMENTO, SOCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO INSTITUCIONAL: UM  
ESTUDO DOS ASSESSORES JURÍDICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, no  
Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de  
Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

CURITIBA  
2013

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Viegas, Rafael Rodrigues

Recrutamento, socialização e reprodução institucional : um estudo dos assessores jurídicos do Ministério Público do Paraná. / Rafael Rodrigues Viegas . – Curitiba, 2013.  
75 f.

Orientador: Profº. Drº. Renato Monseff Perissinotto  
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1.Recrutamento. 2.Paraná.Ministério Público. 3.Socialização Profissional. I.Título.

CDD 658.3111

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**RAFAEL RODRIGUES VIEGAS**

**RECRUTAMENTO, SOCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO INSTITUCIONAL: UM  
ESTUDO DOS ASSESSORES JURÍDICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
PARANÁ**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto  
Orientador – Departamento de Ciências Sociais, UFPR

---

Profa. Dr. Adriano Nervo Codato  
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

---

Prof. Dra. Maria Tereza Sadek  
Departamento de Ciência Política, USP

Curitiba, 05 de abril de 2013.

*À Silvia Avelina Arias Mongelós.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Professor Dr. Renato Monseff Perissinotto, exemplo de intelectual e acadêmico – nos méritos desse trabalho, a sua presença. Aos demais Professores do Programa de Mestrado em Ciência Política, os meus agradecimentos pela convivência e oportunidade de aprendizado, em especial aos Professores Dr. Adriano Codato, Dr. Emerson Cervi e Dr<sup>a</sup> Luciana Veiga. A todos os colegas de turma de mestrado e àqueles do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, nas pessoas dos Professores Dr. Ricardo Costa de Oliveira e Dr. Alexandre Dantas Trindade, estendo meus agradecimentos pelos ótimos momentos juntos. Não obstante, agradeço à Professora Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Sadek pela gentileza de colaborar com minha pesquisa desde o início. Os meus agradecimentos à CAPES pela bolsa de mestrado e, conseqüentemente, pela possibilidade de me dedicar à pesquisa exclusivamente.

Agradeço ao Ministério Público do Estado do Paraná por me permitir o mais amplo acesso do que precisava para a pesquisa. A Gilberto Giacoia, Samia Saad Gallotti Bonavides e Paulo José Gallotti Bonavides, a minha mais profunda admiração e gratidão. A Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Miriam de Freitas Santos, Marcelo Maggio e Maurício Cirino dos Santos, os meus sinceros agradecimentos pela convivência no interior do MP-PR e contribuições para o trabalho. Agradeço, também, a todos os Conselheiros do Conselho Superior do MP-PR, em especial a Alfredo Nelson da Silva Baki e a Clayton de Albuquerque Maranhão pelo incentivo à pesquisa e aos estudos. Aos assessores jurídicos do MP-PR, obrigado pelo retorno e confiança, em especial, Cinesvaldo Cavalieri Junior, Rafael Rodrigues Gomes do Amaral e Raffaella Camila Nigg. Aos demais integrantes da Secretaria do Conselho Superior do MP, Isabel Cristina da Silva, Silvana Carvalho Teodoro, João Juliano Josué Francisco, Claudio Victor Camurca Lima, Fabiana Helena Fabiane e Lucyene Cristina Sodre Farias Trindade, muito obrigado!

Aos meus familiares e amigos, especialmente minha mãe, Maria das Mercês Rodrigues, obrigado pela compreensão e apoio.

## **Tecendo a manhã**

(João Cabral de Melo Neto)

1

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

2

E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(A Educação pela Pedra)

## RESUMO

A pesquisa tem por objeto o estudo do recrutamento dos assessores jurídicos comissionados (DAS-4) das Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná e o que ele tem a ver com o real funcionamento da instituição. Com esse recorte, pretendemos responder a duas questões interligadas: primeira, quais são os fatores que afetam o processo de recrutamento dos assessores jurídicos no MP-PR? Segunda, quais são os fatores que afetam a conduta profissional dos assessores dentro do MP-PR? Desenvolvemos, indissociavelmente, três componentes fundamentais a fim de responder a essas questões: recrutamento, aprendizado/socialização e reprodução institucional. Aplicamos um questionário a esses assessores DAS-4 com blocos de perguntas que visaram identificar além dos atributos pessoais dos DAS-4, a sua origem social, trajetória escolar e profissional, bem como valores jurídicos, políticos e sociais, e as respostas obtidas foram armazenadas no banco de dados e tabuladas no *SPSS*, obtendo um retorno de, aproximadamente, 80% dos questionários aplicados. Realizamos, ainda, entrevistas em profundidade com seis assessores jurídicos e entrevistamos sete procuradores de justiça, visando aprofundar em questões acerca de seus atributos pessoais, origem social, trajetória escolar e profissional, valores jurídicos, políticos e sociais, incluindo aqui suas representações a respeito das posições que ocupam e de suas práticas, informações estas processadas e categorizadas no *software N-VIVO9*. Além disso, observamos as principais atividades exercidas pelos assessores jurídicos nas Procuradorias de Justiça durante o expediente do MP-PR no último ano. Não obstante, além dos dados coletados diretamente e da observação *in loco*, valem de informações provenientes da própria instituição, tais como documentos dos servidores que constam no banco de dados, restringindo-nos àqueles cujo acesso consta do portal da transparência, e a biblioteca do MP-PR. Conforme se perceberá, a todo o momento da análise dos dados, valem das entrevistas em profundidade com os assessores e os procuradores de justiça e da observação das atividades no interior da instituição como fio condutor de interpretação e exposição. Como resultado obtido, mencionamos a forma clara de socialização jurídica a que são submetidos esses agentes e a noção de um *tipo de pessoa* ao mesmo tempo exigida e produzida pela instituição que atua junto às Procuradorias Justiça do MP-PR.

Palavras-chave: Recrutamento; Socialização; Reprodução Institucional; Ministério Público



## **ABSTRACT**

The purpose of this search is to study the recruitment of legal advisors commissioned (DAS-4) of the “Ministério Público do Estado do Paraná” and the relation of this recruitment with the actual functioning of the institution. With this cut, we intend to answer two intertwined issues: first, what are the factors that affect the recruitment of legal advisors in MP-PR? Second, what are the factors that affect the conduct of professional advisers within the MP-PR? We develop, inextricably, three fundamental components to address these issues: recruitment, learning / socialization and institutional reproduction. We applied a questionnaire to these advisors DAS-4 with blocks of questions that aimed to identify beyond the personal attributes of the DAS-4, their social, educational trajectory and legal, political and social values, and the responses obtained were stored in the database and tabulated in SPSS, getting a return of approximately 80% of the questionnaires. We also performed in-depth interviews with six legal counsel and interviewed seven prosecutors in order to probe issues about their personal attributes, social origin, educational trajectory, legal, political and social values, including the representations regarding the positions they occupy and their practices, these information were processed and categorized in the software N-VIVO9. Furthermore, we observed the main activities carried out by legal counsel in the “Procuradorias de Justiça” during the workday of MP-PR last year. Nevertheless, in addition to data collected directly and on-site observation, we use information from the institution itself, such as documents from the servers listed in the database, restricting ourselves to those which access the public portal, and the library of MP -PR. As you'll notice, at any time of the data analysis, we resort the interviews with the advisers and prosecutors and observation activities within the institution as a guide for interpretation and exposition. As a result, we mentioned the clearly legal socialization they undergo these agents and the notion of a type of person simultaneously required and produced by the institution that works with the “Procuradorias de Justiça” of MP-PR.

**Keywords:** Recruitment; Socialization; Institutional Reproduction; Ministério Público

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01:</b> Procuradorias de Justiça do MP-PR.....	32
<b>TABELA 02:</b> idade dos DAS-4 por sexo .....	35
<b>TABELA 03:</b> IES em que os DAS-4 se graduaram em Direito .....	36
<b>TABELA 04:</b> razão de opção pela IES x IES pública e privada x FDC/Unicuritiba...	38
<b>TABELA 05:</b> opinião de recrutadores e recrutadores acerca das graduações em Direito .....	40
<b>TABELA 06:</b> razões para se tornar DAS-4 (agregado).....	43
<b>TABELA 07:</b> carreiras jurídicas pretendidas (agregado) .....	44
<b>TABELA 08:</b> fatores decisivos para ser recrutado (agregado) .....	46
<b>TABELA 09:</b> categorização de “Confiança” através das entrevistas com recrutadores.....	48

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEAF – CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

CF- 88 – Constituição Federal de 1988

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CSMP – Conselho Superior do Ministério Público

CGMP – Corregedoria-Geral do Ministério Público

CPC – Código de Processo Civil

CPP – Código de Processo Penal

DAS-4 – Sigla para identificar o assessor jurídico comissionado de Procurador de Justiça

DGP – Departamento de Gestão de Pessoas

EFAT – Sigla para identificar o servidor aprovado em concurso de provas e títulos do MP-PR

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FDC – Faculdade de Direito de Curitiba

FEMPAR – Fundação Escola do Ministério Público

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

LONMP – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Ministério Público

MP-PR – Ministério Público do Estado do Paraná

NUSP-UFPR – Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PGJ – Procuradoria-Geral de Justiça

PUC –PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

TJ – Tribunal de Justiça

TJ-PR – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNIC - Universidade de Cuiabá

UNIFOZ - Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu

UNIMAR - Universidade de Marília

UNIPOSITIVO - Universidade Positivo

UTP - Universidade Tiuti do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 O ESTADO DA ARTE .....</b>	<b>18</b>
2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	19
2.2 RECRUTAMENTO, SOCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO INSTITUCIONAL .....	22
<b>3 OS ASSESSORES JURÍDICOS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DO MP-PR.....</b>	<b>29</b>
3.1 ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - A CÚPULA INSTITUCIONAL .....	29
3.2 OS ASSESSORES JURÍDICOS.....	34
3.2.1 ATRIBUTOS PESSOAIS .....	34
3.2.2 TRAJETÓRIA ESCOLAR .....	35
3.2.3 TRAJETÓRIA ESCOLAR: VALORIZAÇÃO DA PRÁTICA.....	38
3.2.4 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: AUTO-JUSTIFICATIVA MOTIVACIONAL POSICIONAL.....	43
3.2.5 AUTOPERCEPÇÃO POSICIONAL .....	46
3.2.6 DA VIDA NAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA .....	59
<b>4 À GUIA DE UMA CONCLUSÃO .....</b>	<b>54</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>59</b>
5.1 SITES CONSULTADOS E MENCIONADOS NO TEXTO .....	64
5.2 LEGISLAÇÃO .....	65
ANEXO .....	66

## 1. INTRODUÇÃO

Alguns cientistas sociais brasileiros passaram a pesquisar o tema da composição do ramo jurídico da burocracia do Estado brasileiro, incluído o Ministério Público. As razões para esse novo espaço recebido pelo assunto não comportam uma única resposta, mas, de maneira geral, parece-nos que esses pesquisadores, na atual conjuntura social e política do Brasil, atentaram para um *nicho de pesquisa* a ser inserido na problemática geral do funcionamento da democracia e das relações de poder entre agentes e instituições no Estado brasileiro.

Conjugando certo conhecimento da realidade do sistema de justiça brasileiro, especialmente o MP, e a partir de uma revisão da literatura nacional que trata da composição do ramo jurídico da burocracia estatal e dos estudos de elites e recrutamento, vislumbramos um desenho de pesquisa oportuno por dois motivos preliminares: satisfazer uma curiosidade particular, qual seja, a de entender o porquê da presença de alguns indivíduos livremente recrutados em posições de cúpula do MP, e estudar um aspecto ainda pouco ou quase nada explorado do ponto de vista social e político, o que essa mesma presença de agentes livremente recrutados tem a ver com o funcionamento da instituição.

A história do MP, enquanto aparato burocrático do sistema de justiça dos Estados modernos, está associada ao exercício estatal do monopólio da persecução penal, tendo sido incumbido quase que exclusivamente desta função ao longo da sua existência nos países ocidentais. Uma singela análise histórica do ordenamento jurídico brasileiro demonstraria que a presença da instituição esteve ora associada ao Executivo e por vezes ao Judiciário, sendo que em alguns momentos sequer esteve prevista de forma direta na organização do Estado. Todavia, a partir da década de 1980, o MP, como então ficou conhecido, sofreu mudança singular que termina no desenho inscrito na Constituição Federal de 1988.

Iniciado no período da última transição de regime político, o processo de institucionalização do MP brasileiro oferece indícios para explicar como a instituição, de mero apêndice do Executivo no regime anterior, então normalmente incumbido de função histórica na área penal, passou a figurar enquanto órgão que concentra a promoção de alguns ideais (GARCIA, 2008), elevado ao plano jurídico-constitucional

nada menos como uma “*instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*” (CF-88).

Esse modelo formal do MP pós-88 condensa valores e ideologias a respeito de históricos desafios sociais e políticos da sociedade brasileira. Falamos de um ambicioso projeto definido na Constituição Federal de 1988 que, se percebido nas palavras de alguns de seus membros, revelaria a criação mais elaborada de um *elo entre o Estado e a sociedade*. De fato, quando comparado com instituições de mesmo *nomem juris* ou de funções antes similares do mundo ocidental, podemos afirmar que o desenho institucional do MP brasileiro atual é único (MOREIRA; MACHADO, 2011).

No plano acadêmico, a parcela robusta da pesquisa desenvolvida sobre o assunto no âmbito da ciência política nacional aponta para duas vertentes explicativas do MP na forma como nos apresenta, que podem ser concentradas em duas abordagens: (a) o novo MP seria o resultado de um empreendimento político de alguns membros da instituição diretamente na Constituinte (ARANTES, 1999, 2002, 2007), e; (b) sem descartar a ação desses agentes, o atual desenho do MP brasileiro teria resultado, primordialmente, da ação de forças exógenas à instituição, na conjuntura social e política dos anos 80 no Brasil (NUNES, 1998, 2003, 2007).

No entanto, por mais que o Ministério Público brasileiro que surgiu desde 1988 seja alvo de inúmeras pesquisas e comentários, pouco tem sido dito e pesquisado sobre as condições reais de sua composição<sup>1</sup> e funcionamento, sobretudo pouco se sabe sobre o perfil (social, profissional, jurídico, atitudinal) que resulta do recrutamento daqueles que trabalham nesta instituição. Ao lidar com esse vácuo na literatura e com a realidade da instituição, cogitamos, dentre as diversas maneiras de se abordar o assunto, haver espaço para estudar essa parte da realidade em *movimento*, levando em conta a atividade de agentes que contribuem para a ela dar vida.

---

<sup>1</sup> E, mesmo assim, as pesquisas que existem focam na figura dos seus membros. Para quem não tem proximidade com o assunto: entendam por “membros” os agentes aprovados em concurso de provas e títulos para a carreira de promotor de justiça. Os demais integrantes da instituição são chamados de “servidores”. Essa taxionomia jurídica expressa, na nossa visão, uma profunda divisão do trabalho entre esses agentes (membros e servidores) e está presente em todo o ramo jurídico da burocracia do Estado, especialmente nos órgãos que compõem o sistema de justiça, como no Judiciário.

Talvez, para quem conviva mais de perto com a composição das instituições do sistema de justiça brasileiro, não é novidade que os assessores jurídicos são agentes fundamentais para o funcionamento cotidiano de Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas por todo o país, e isso é razão para estudar seu recrutamento e socialização dentro do MP.

Para nossa surpresa, os assessores jurídicos das Procuradorias de Justiça do MP-PR, todos eles bacharéis em Direito, agrupam-se entre aqueles recrutados diretamente pelos procuradores de justiça por livre nomeação e exoneração em cargo em comissão, que a Lei 13.984/2002 previu - os DAS-4. Já os procuradores de justiça integram o final da carreira do Ministério Público, portanto, posicionam-se no topo da hierarquia administrativa da instituição, exercendo suas atividades em Gabinetes das Procuradorias de Justiça localizados na capital do Estado, e gozam da opção de contar, cada procurador, com um assessor jurídico, que auxiliará o procurador nas atividades diárias da Procuradoria de Justiça.

Desse modo, a pesquisa tem por objeto o estudo do recrutamento dos assessores jurídicos comissionados das Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná e o que ele tem a ver com o real funcionamento da instituição. Com esse recorte, pretendemos responder a duas questões interligadas e que são inéditas enquanto objeto de estudo específico<sup>2</sup>: primeira, quais são os fatores que afetam o processo de recrutamento dos assessores jurídicos no MP-PR? Segunda, quais são os fatores que afetam a conduta profissional dos assessores dentro do MP-PR? Na nossa visão, há três componentes fundamentais a serem desenvolvidos, indissociavelmente, a fim de responder a essas questões: recrutamento, aprendizado/socialização e reprodução institucional.

Ao longo da pesquisa, indagávamo-nos, diversas vezes, do porquê da existência tão somente desses assessores comissionados nas posições da alta hierarquia institucional, o que acabou nos induzindo a questionar se haveria uma especificidade na escolha, padrão ou *locus* de recrutamento que fosse prestigiado e favorecesse certo perfil possuidor de um histórico de relações sociais acumulado ao

---

<sup>2</sup> Na verdade, percorrendo diversos sistemas de busca, bancos de teses e bibliotecas, não localizamos sequer um trabalho acadêmico a respeito de assessores jurídicos comissionados especificamente. A respeito de um estudo pioneiro sobre cargos “Direção e Assessoramento Superiores (DAS)”, remetemos o leitor para o trabalho de Maria Celina D’Araujo, que se propôs conhecer em detalhes o grupo de pessoas que chegou ao topo da administração pública federal, no âmbito do Poder Executivo, nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007) (2009, 140p.)



longo da trajetória social, escolar e profissional para atuar junto a essa posição de poder. Ademais, fez-nos saber se procuradores de justiça e assessores compartilham de recursos de ordem social, política, intelectual e mesmo institucional, dentro ou fora da instituição, se é que assim ocorreria, ao ponto de os colocar em atividade na mesma posição institucional.

Em vista da especificidade do nosso objeto, avaliamos que as ferramentas de análise articuladas precisavam ser mais precisas e objetivas dentro do possível para atender às nossas preocupações e quanto mais possível distanciarmos de um caráter ensaístico. Articulamos, pragmaticamente, algumas ferramentas de análise da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, em especial, a partir das traduções em português da proposta de estudo do campo jurídico (2003, 2007, 2009)<sup>3</sup> e estudos de recrutamento de elites especificamente (GIDDENS, 1974; CZUDNOWSKI, 1975; MILLS, 1981).

Apesar de os assessores jurídicos comissionados DAS-4 não serem uma “elite”, muito menos uma “elite jurídica”, é importante ter em mente que o seu recrutamento e seu processo de socialização não pode ser pensado sem levar em consideração a natureza da sua relação direta com os procuradores de justiça. Nesse sentido, a dimensão relacional presente na teoria dos campos nos induz a trabalhar com os dois pólos de uma relação essencial ao funcionamento da instituição - a figura do recrutador (o procurador) e a do recrutado (o assessor) -, e assim, articulamos a problemática do recrutamento dos agentes institucionais, de sua socialização e da reprodução institucional.

Daí em diante, foi necessário identificar nosso universo de análise, quais os recursos que, supostamente, seriam compartilhados e prestigiados pela cúpula do Ministério Público paranaense, para, em seguida, tentar compreender a possível relação com o recrutamento dos assessores comissionados e com suas práticas. Entretanto, cada um dos dois grupos – recrutados e recrutadores - apresenta características próprias e formas de acesso diferenciados na realidade, por isso, na prática da investigação, e visando analisar alguns pontos de maneira mais aprofundada, articulamos técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas, articulação que a literatura geralmente denomina *integration of qualitative and quantitative methods* (KELLE, 2001).

---

<sup>3</sup> Na mesma esteira dos trabalhos de Fabiano Engelmann (2006) e Frederico Normanha Ribeiro de Almeida (2010).

Delimitado o objeto de pesquisa entre os assessores jurídicos das Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Paraná<sup>4</sup>, constatamos que esse universo era composto por *92 indivíduos ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei, sujeitos à livre nomeação e exoneração, identificados pela sigla DAS-4*, que assessoram as Procuradorias de Justiça do MP-PR, porquanto não identificamos nenhum assessor jurídico concursado (EFAT). Em seguida, aplicamos um questionário<sup>5</sup> a esses assessores DAS-4, obtendo resposta de 73 dentre 92 indivíduos, o que nos representou um retorno de, aproximadamente, 80% dos questionários aplicados. Esse questionário continha blocos de perguntas que visaram identificar além dos atributos pessoais dos DAS-4, a sua origem social, trajetória escolar e profissional, bem como valores jurídicos, políticos e sociais, e as respostas obtidas foram armazenadas no banco de dados e tabuladas no SPSS.

Realizamos, ainda, entrevistas em profundidade com seis assessores jurídicos e entrevistamos sete procuradores de justiça, estes escolhidos do universo de 106, por suas posições de destaque no interior da instituição<sup>6</sup>. Por isso, ressaltamos que nossas entrevistas não representam uma amostra satisfatória em termos estatísticos, conquanto, nossos principais *insights* provenham dessa ferramenta de acesso à realidade. As entrevistas foram realizadas por tópicos semi-estruturados (OLABUENÁGA, 1999), visando aprofundar em questões acerca de seus atributos pessoais, origem social, trajetória escolar e profissional, valores

---

<sup>4</sup> O quadro total de assessores jurídicos do MP-PR é preenchido por assessores concursados e comissionados, bacharéis em Direito, no total de 518 assessores jurídicos que ocupam diversas posições na instituição, desde as Promotorias de Justiça do interior do Estado até a assessoria jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça. Deste número de assessores jurídicos do MP-PR, os assessores jurídicos concursados, identificados pela sigla de servidores efetivos EFAT, perfazem o número de 37 indivíduos (Cargos de assessor jurídico de provimento por concurso do MP-PR criados pela Lei Estadual nº 11.455/1996. Feita a subtração do quadro de 518 assessores da instituição, 481 encontram-se entre os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei, sujeitos à livre nomeação e exoneração (Leis Estaduais que criaram esses cargos comissionados: Lei nº 13.984/2002 (permite a criação dos cargos de assessor jurídico comissionado no MP-PR – sigla DAS-4), Lei nº 15.913/2008, Lei nº 11.913/2008, Lei nº 16.383/2010 e Lei nº 16.960/2011. Registramos que, dos 106 Procuradores de Justiça em exercício, 92 possuíam assessores jurídicos nos Gabinetes das 10 Procuradorias de Justiça. Dados relativos a agosto de 2012. D.G.P., atualizado em 03 de julho de 2012. Disponível no Portal da Transparência: [www.mp.pr.gov.br](http://www.mp.pr.gov.br)

<sup>5</sup> O questionário teve a supervisão do orientador Prof. Renato Monseff Perissinotto e contou com a gentil colaboração da Profa. Maria Tereza Sadek. Na aplicação do questionário aos assessores das Procuradorias, buscamos descobrir regularidades sociais (BABBIE, 2005, p. 59) quanto à origem social, trajetória escolar e profissional e forma de recrutamento dos assessores jurídicos, sugeridas pelos estudos de elites e de recrutamento com que dialogamos, tendo como universo de análise todos os assessores jurídicos das Procuradorias de Justiça do MP-PR, conforme já mencionado. O questionário compõe o Anexo dessa dissertação.

<sup>6</sup> Dentre eles, ex-membros da Procuradoria-Geral de Justiça, Sub-Procuradorias-Gerais de Justiça e Ouvidoria-Geral.

jurídicos, políticos e sociais, incluindo aqui suas representações a respeito das posições que ocupam e de suas práticas, informações estas processadas e categorizadas no *software N-VIVO9*. Além disso, observamos as principais atividades exercidas pelos assessores jurídicos nas Procuradorias de Justiça durante o expediente do MP-PR no último ano. Não obstante, além dos dados coletados diretamente e da observação *in loco*, valemos de informações provenientes da própria instituição, tais como documentos dos servidores que constam no banco de dados, restringindo-nos àqueles cujo acesso consta do portal da transparência, e a biblioteca do MP-PR, estes dois últimos disponíveis a qualquer interessado no edifício sede do MP-PR e na rede mundial de computadores.

Conforme se perceberá, a todo o momento da análise dos dados, valemos das entrevistas em profundidade com os assessores e os procuradores de justiça e da observação das atividades no interior da instituição como fio condutor de interpretação e exposição.

Feitas essas ponderações, a organização do texto está dividida em três capítulos. Na primeira parte, apresentamos as ferramentas teóricas de análise utilizadas por nós. Em seguida, fazemos um esboço da estrutura e da organização formal do MP-PR, visando facilitar ao leitor a localização das posições estratégicas de poder da instituição e quem as ocupa formalmente, dando destaque para as Procuradorias de Justiça, os procuradores e os assessores jurídicos DAS-4 que os auxiliam. Na sequência, apresentamos os principais achados sobre os DAS-4 que atuam junto às Procuradorias de Justiça do MP-PR, tendo em vista sua origem social e profissional, seus recursos escolares e a autopercepção desses agentes tanto em relação à posição que ocupam quanto às atividades exercidas por eles junto à cúpula da instituição. Ao final, discutimos aspectos que avaliamos mais importantes, tais como a forma clara de socialização jurídica a que são submetidos esses agentes e a noção de um *tipo de pessoa*<sup>7</sup> ao mesmo tempo exigida e produzida pela instituição que atua junto às Procuradorias Justiça.

---

<sup>7</sup> Para usar a expressão de Hans Gerth e Charles Wright Mills (1973, pp. 121-126), que não foi uma categoria utilizada como ponto de partida da nossa investigação.

## 2. O ESTADO DA ARTE

Existe certa tradição de estudos que se debruçam na temática da composição do ramo jurídico da burocracia do Estado brasileiro, e afirmamos isso com amparo desde uma literatura mais poliédrica<sup>8</sup> que tenha versado sobre o assunto até os mais recentes estudos do sistema de justiça brasileiro pós-1988<sup>9</sup>. Todavia, cotejamos que não há estudos que tenham por objeto específico a composição e o funcionamento efetivo de uma instituição do ramo jurídico da burocracia do Estado. Por certo, essa constatação não é diferente em se tratando do Ministério Público. Mesmo ao desenvolver o tema “Ministério Público”, no geral, quando os autores focam na sua composição, alguns no intuito de compreender a forma de atuação de seus membros, olvidam-se de toda uma importante estrutura pessoal a serviço da instituição. Com isso, não ignoramos os trabalhos de cientistas sociais que têm por objeto de pesquisa o Ministério Público e a forma de atuação de seus membros. Ocorre que essas investigações dão conta de que o novo regime político inaugurado formalmente em 1988 trouxe à lume uma nova figura: *atores políticos* (membros do MP) sujeitos a *regime jurídico próprio da burocracia* de Estado, não mais restritos a fiscal da lei e à persecução penal como no regime anterior (SADEK, 1997, 2000; ARANTES, 1999, 2002, 2007; NUNES, 1998, 2003, 2007). *En passant*, as suas

---

<sup>8</sup> A título de exemplo: visualizamos o tratamento do tema já amiúde nas grandes interpretações do Brasil que também contribuem para a construção de um imaginário sobre a composição do ramo jurídico da burocracia do Estado brasileiro, como em Francisco Adolfo de Varnhagen (1962), José Capistrano de Abreu (1963). No momento em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) passa a perder espaço no ensino e na pesquisa em história para a universidade, observamos a importância da questão do bacharelismo e burocracia no Brasil abordada por Sérgio Buarque de Holanda (1995, pp. 153-167) e Raymundo Faoro (2008, pp. 819-838). A partir dos trabalhos, notadamente, das ciências sociais, identificamos alguns autores com preocupações teóricas mais associadas ao tema da composição do aparato jurídico de justiça do Estado, v. g.: José Murilo de Carvalho (2003, pp. 11-42) e Sérgio Adorno (1988).

<sup>9</sup> O estudo da composição do ramo jurídico da burocracia brasileira ganha força no espaço conferido ao debate das relações entre direito e política, acerca das interações entre agentes e instituições que integram tanto o sistema de justiça como as demais instituições políticas do Estado e o problema do funcionamento da democracia na atual conjuntura social e política brasileira - v.g.: as pesquisas de Maria Tereza Sadek (1995a, 1995b, 2004a, 2004b, 2006) e Luiz Werneck Vianna (*et. al.*, 1997); Rogério Arantes (1999, 2002, 2007); Fábio J. Kerche Nunes (1998, 2003, 2007). Mais recentemente, alguns pesquisadores passaram a se atentar para a investigação de trajetórias pessoais, profissionais e acadêmicas de membros das elites institucionais, associativas e intelectuais de juristas ligados à administração da justiça estatal brasileira, seja com enfoque principal de estudos com pretensões de análise do campo jurídico, como as teses de doutoramento de Fabiano Engelman (2006) e Frederico Normanha Ribeiro de Almeida (2010), seja de elites e profissões jurídicas que compõem as diversas instituições do sistema de justiça brasileiro, por exemplo, Maria da Glória Bonelli (2002) e Renato Monseff Perissinotto (2007; PERISSINOTTO, *et. al.*, 2008).

principais preocupações se localizam nas razões para o novo desenho institucional do Ministério Público pós-1988 (ARANTES, 1999, 2002, 2007; NUNES, 1998, 2003, 2007). Entrementes, fato é que, também, todos esses trabalhos que tratam do Ministério Público brasileiro definido pela Constituição de 1988 não lidam com as condições internas de funcionamento dessa instituição do sistema de justiça nacional.

Interessa-nos, pois, um referencial para examinar os assessores jurídicos por um lado como pessoas praticantes de ações, que, em conjunto com as ações dos demais agentes que compõe o Ministério Público, compõem o que se pode chamar de *instituição* (LATOUR, 2004, p. 15), por outro, sem perder de vista que essa mesma *instituição*, ao mesmo tempo, exige e ajuda a produzir nesses agentes esquemas de apreciação, percepção e ação do mundo social (GERTH; MILLS, 1973), por via da internalização dos sistemas classificatórios dominantes no mundo jurídico, a ser identificado num *tipo de pessoa* encontrado nos quadros dessa instituição.

## 2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Encaramos o esforço teórico de Pierre Bourdieu em tentar conciliar *ação* e *estrutura* como uma proposta frutífera de análise social e institucional. Pragmaticamente, valemo-nos das ferramentas de análise de sua teoria dos campos, enquanto hipótese de pesquisa para a solução do dilema entre *ação* e *estrutura* na teoria social - [(*habitus*) (capital)] + campo = prática (2008, p. 97). A saber, o seu conceito de *habitus* - princípio unificador e gerador das práticas, na medida em que se define como visão de mundo compartilhada por indivíduos com características sociais comuns, produzida pelo processo de socialização ao longo da vida, em que se é incutido nos indivíduos as estruturas de poder que definem suas próprias posições (modo de ser e de agir – práticas), por exemplo, através da educação familiar e formal, no campo – um espaço social de estruturas e agentes com características comuns e que disputam um tipo de capital valorizado e prestigiado próprio desse espaço, como o capital jurídico (2003, 2008, 2009).

Conquanto, entendemos por “socialização” a assimilação de hábitos

característicos de espaços definíveis de posições em que o agente está inserido ou transita<sup>10</sup>. É um processo contínuo de “aprendizagem” que nunca se dá por terminado. A socialização será, portanto, em termos probabilísticos, um processo fundamental não apenas para a integração do agente no campo, mas, além disso, para a reprodução social em termos de valores e cultura. Precisamente nesse ponto, para nós, é fundamental operacionalizar esses conceitos às condições sociais nas quais se constitui o *habitus* que, ao menos hipoteticamente, engendra as práticas e as condições sociais nas quais ele é posto.

Então, se conjecturarmos a permanência de um “universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica”, emprestamos a idéia daquilo que Pierre Bourdieu define por “campo jurídico” (2003, p. 211)<sup>11</sup>, por meio do qual o referido autor aventa a possibilidade de explicar tanto a autonomia relativa do direito quanto à eficácia simbólica (efeito de reconhecimento/desconhecimento) que lhe é inerente.

Importante para nós, também, a noção de divisão do trabalho jurídico aduzida pelo autor, já que, para Bourdieu, a prática jurídica está “diretamente orientada para fins práticos, e adequada à determinação de efeitos práticos, [...] mantém sua eficácia à custa de uma restrição de sua autonomia”. Desta forma, “as divergências entre os ‘intérpretes autorizados’ são necessariamente limitadas e a coexistência de uma pluralidade de normas jurídicas concorrentes está excluída por definição da ordem jurídica” (2003, p. 213). Além das limitações oriundas do pertencimento a um campo que serve a fins práticos, os agentes jurídicos também estariam, segundo o autor, “inseridos num corpo fortemente integrado de instâncias hierarquizadas que estão à altura de resolver os conflitos entre os intérpretes e as interpretações” (p. 214). Agrega-se a isso o fato de “as decisões judiciais só poderem distinguir-se de simples atos de força políticos na medida em que se apresentem como resultado necessário de uma interpretação regulada de textos unanimemente reconhecidos” (p. 214). Às diferentes posições no campo jurídico, refere-se Bourdieu, estão associadas diferentes formas de competência, ao mesmo tempo antagonistas e

---

<sup>10</sup> Esses espaços definíveis podem ser os “espaços estruturados”, a que Pierre Bourdieu chama de “campos” (BOURDIEU, 1983, p. 89), ou “ordens”, no sentido de Charles Wright Mills (1981, p. 28).

<sup>11</sup> Para Bourdieu: “O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo direito de dizer o direito [...] (nomos) [...], na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social” (2003, p. 212).

complementares, que funcionam como espécies de capital jurídico. A hierarquia entre estas grandes classes de agentes detentores de formas específicas de capital jurídico pode variar consideravelmente consoante o tempo e o espaço, embora haja uma constante estrutural representada pelo conflito entre os “teóricos” e os “práticos”<sup>12</sup>:

O antagonismo estrutural que, nos mais diferentes sistemas, opõe as posições de “teórico”, condenadas à pura construção doutrinal, e as posições de ‘prático’, limitadas à aplicação, está na origem de uma luta simbólica permanente na qual se defrontam definições diferentes do trabalho jurídico enquanto interpretação autorizada dos textos canônicos (2003, p. 217).

As diferentes categorias ou classes de agentes jurídicos distribuem-se, segundo Bourdieu, entre estes dois pólos extremos: o da construção teórica, característica dos professores, e o da aplicação prática, típica dos magistrados. Ambos os pólos contribuem, à sua maneira, para a construção jurídica, que será, por sua vez, testada, em suas lacunas e ambiguidades, pelo o que ele chama de peritos judiciais (aqui, incluídos os membros do Ministério Público, advogados, notários). Segundo Bourdieu, os “teóricos” são responsáveis por manter a coerência interna e a auto-suficiência dos sistemas de normas, enquanto os “práticos” tendem a adaptar estes sistemas às exigências e urgências do cotidiano jurídico, adaptação sem a qual eles se fechariam “na rigidez de um rigorismo racional” (2003, p. 221).

Ambas as orientações servem, portanto, para a reprodução do direito. Todavia, não nos atemos a essa clivagem entre “teóricos” e “práticos” meramente do ponto de vista das profissões jurídicas. Imaginamos que entre uma e outra classe profissional do direito, seja ela associada ao Estado (juízes e promotores de justiça) ou aos profissionais liberais (advogados) (BONELLI, 2002), teremos o predomínio “teórico” e “prático”, ora mais ora menos acentuado, e uma luta constante por sua definição no campo jurídico (ALMEIDA, 2010).

Desse modo, a apropriação de todas essas ferramentas de análise da teoria dos campos, notadamente de um programa de pesquisa acerca do campo jurídico, dá-se na medida em que nos fornecem a esperança de revelar a presença de eventuais elementos subjetivos e objetivos que determinam e orientam as estratégias dos agentes, bem como das conexões causais de reprodução daquilo

<sup>12</sup> Cuidamos para deixar claro que a prática jurídica que se sobressai aos olhos é, inegavelmente, a interpretação de textos jurídicos.

que são produto - mecanismos anímicos e estruturais a serem verificados empiricamente.

## 2.2 RECRUTAMENTO, SOCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO INSTITUCIONAL

Com a proposta de trabalhar com dois pólos - as figuras do recrutador e do recrutado, conforme dito -, o que nem sempre se mostra perceptível na constituição inicial de uma elite política, utilizamos ferramentas de análise de estudos de recrutamento político, especificamente<sup>13</sup> os que colocam em destaque o processo de socialização de seus agentes.

Para Charles Wright Mills, a elite é composta por homens que ocupam os postos de comando nas chefias das principais instituições do país. O autor colocou à prova sua metodologia de análise institucional-posicional e teve por objeto a sociedade norte-americana de sua época. Num estudo inaugural sobre trajetórias sociais das elites, demonstrou a importância da socialização de determinados grupos e o caminho percorrido pelos indivíduos que alcançaram os postos chave da Nação, bem como a forma que se dá a chamada “circulação das elites”<sup>14</sup>. O que importa para nós são os passos propostos por Wright Mills na sua empreitada, quais sejam: identificar as ordens institucionais mais importantes da estrutura social,

---

<sup>13</sup> Morshe Czudnowski elabora uma distinção entre os estudos de recrutamento e os estudos de elite política, ressaltando dois aspectos: enquanto os estudos de elite política se referem àqueles que ocupam posições ou influenciam na política, ou ao estrato social de onde eles foram recrutados mais amiúde, os estudos de recrutamento se referem aos processos políticos e sociais através dos quais aquelas posições foram atingidas (1975, p. 155). O autor afirma que os estudos de elite, tradicionalmente, estão relacionados às elites governantes, enquanto que os estudos de recrutamento investigam o desenvolvimento de carreiras políticas. O recorte proposto por Czudnowski nos leva a pensar que os estudos de elite política teriam um aparente viés estático em torno de seu objeto (“àqueles que ocupam posições ou influenciam na política, ou ao estrato social” – “elites governantes”), enquanto que os estudos de recrutamento aludem à dinâmica de um móvel de etapas e processos (“políticos e sociais” – “desenvolvimento de carreiras”). Talvez, a ressalva seja importante porque exclui a possibilidade de reconhecermos de antemão o recrutamento político, inevitavelmente, como caminho até a elite política, na medida em que separa o procedimento de pesquisa desses dois objetos.

<sup>14</sup> Ao que vemos, o autor perdeu espaço acadêmico na disputa contra seu conterrâneo “elitista”, porém pluralista, Robert Dahl, até mesmo porque o falecimento de Mills foi precoce, aos 46 anos de idade. Robert Dahl, para alguns (BLONDEL; MULLER-ROMMEL, 2009), teria sido o primeiro cientista político que vinculou a discussão sobre o poder político de elite para as questões de legitimidade política e participação.



descrever as três ordens institucionais principais<sup>15</sup> - política, economia e militar dos EUA - (1981, p. 28), descrever a relação entre essas ordens, delimitar o grupo capaz de tomar decisões de abrangência nacional, sua extensão e unidade, para, por último, analisá-lo sob seus diferentes aspectos (cf. PERISSINOTTO, 2009, pp. 100 e ss.).

Da sua análise da ordem institucional política, extraímos que Wright Mills tenta responder às questões de “quem são os que governam?” e “como chegaram lá?” e para isso operacionaliza seu critério posicional e a origem social dos indivíduos que ocupam essas posições de comando para descobrir o itinerário da elite<sup>16</sup>. Wright Mills aduz a importância da origem familiar (na sociedade local, “os 400 metropolitanos”), das *altas rodas*, a passagem pelo sistema de ensino (em instituições como da Liga da Hera), o acúmulo de relações sociais (dos “muito ricos”, dos “senhores da guerra” e do “diretório político”), para proporcionar determinado tipo de comportamento e o “cartão de entrada” daqueles que ocuparão as posições de comando na sociedade estadunidense à época<sup>17</sup>.

A importância da metodologia desenvolvida por Wright Mills para nós está não só no fato de identificar, no interior de uma importante instituição na estrutura social, as posições de mando que seus membros ocupam, mas principalmente porque o seu estudo de composição da elite inclui analisar as etapas de socialização a que são submetidos os indivíduos (por exemplo, a Liga da Hera), que potencializam a ascensão – e podemos falar em recrutamento - desses indivíduos rumo ao topo das principais instituições e, nesse ponto, revela sua utilidade para o estudo que pretendemos realizar. Embora as pretensões do autor fossem de identificar a *Elite*

<sup>15</sup> Wright Mills ressalta que definir a elite em termos das principais instituições é uma vantagem teórica pelo fato de localizar as concepções de elite de forma sistemática.

<sup>16</sup> Como recorda Renato Perissinotto, esse procedimento foi proposto primeiro por Gaetano Mosca, segundo o qual se exigem dois pressupostos para o recrutamento da elite: atributos com relação a comportamento político/social dos agentes, e atributos com relação à estrutura social. Mosca pensava os processos de recrutamento de duas formas: a) *tendência de recrutamento* – em que levava em conta a origem social dos membros da elite conforme fosse inserido num dado regime político, ou seja, numa base social ampla - recrutamento aberto - na democracia e um recrutamento em grupos sociais mais altos – fechado - de uma autocracia, e; b) *princípio liberal ou autocrático*, consubstanciado nas formas de transmissão da autoridade por parte dos governados (baixo-cima) ou do soberano (cima-baixo) (MOSCA, 1992, p. 43 e ss).

<sup>17</sup> Em outras palavras, nas devidas proporções, hoje em voga: *capital, habitus, campo e prática* (In: BOURDIEU, 2008, p. 97). Há quem diga que se trata de uma nova roupagem (PERISSINOTTO; CODATO, 2009, p. 252) e que Pierre Bourdieu herda Charles Wright Mills (BURAWOY, 2010, pp. 159-176).

*do poder* dos Estados Unidos da América na virada da década de 1950 para 1960<sup>18</sup>, esse instrumental, se delimitado seu potencial de alcance, pode oferecer recursos para compreender o funcionamento de uma dada instituição de destaque na organização de uma sociedade.

Por sua vez, Anthony Giddens propõe usar o termo grupo de elite no seu sentido lato, para designar aqueles indivíduos que “ocupam formalmente posições definidas de autoridade no topo de uma organização social ou instituição” (1974, p. 04). Todavia, ousamos excluir o “formalmente” da definição tão somente por uma questão instrumental, já que a realidade do exercício do poder parece-nos assimilada um pouco mais dinâmica que a posição formal ocupada pelos indivíduos ou grupos de indivíduos detentores do poder na organização social e nas instituições. Porém, não nos esquecemos de que a partir dessas posições sociais e institucionais possamos identificar mais facilmente aqueles que compõem uma elite.

Fato é que o termo elite é usado por Giddens genericamente para designar tanto um grupo de elite ou uma concentração de grupos de elite. No entanto, o próprio autor chama atenção para dois problemas a que essa definição encaminha: (a) *a dificuldade em localizar a divisão entre elite e não-elite*. Não há sempre uma linha definida entre aqueles no topo e aqueles que possuem autoridade reconhecida, mas que, formalmente, não compõem a elite; (b) *a questão do relacionamento entre a autoridade formalmente definida e o poder efetivo e real*. O fato de um indivíduo possuir certas armadilhas formais de autoridade, nos termos do autor, não nos leva, *ipso facto*, a inferir que tipo de poder ele efetivamente exerce.

Contudo, o próprio autor adverte essa dificuldade de estudos de elites da sociedade britânica e sugere um modelo de estudo que reconhece três dimensões primárias que podem ser vistas como precauções salutares: primeiro, os fatores relativos ao recrutamento para posições de elite; em segundo lugar, a organização ou a estrutura dos grupos de elite; e, em terceiro, a distribuição de poder (efetivo), como o exercido por aqueles em posições de elite (GIDDENS, *loc. cit.*). Desse ponto de vista, o recrutamento para posições de elite pode variar em termos de quanto ele é relativamente “aberto” para aqueles oriundos de um estrato socioeconômico diversificado, e o quanto ele é fechado em favor daqueles oriundos de uma classe privilegiada. Todavia, ressalva o autor, não é suficiente distinguir apenas o grau de

---

<sup>18</sup> Observamos que Wright Mills faz uma delimitação em seu objeto de pesquisa, uma vez que se diz ciente da gradação de poder dentro das ordens institucionais que estuda.

“abertura” ou “fechamento” do recrutamento. Assim, o autor quer falar da importância de estudar os *canais* em que o recrutamento ocorre, porque, segundo ele, “onde o recrutamento para posições de elite é relativamente ‘fechado’, haveria certas ‘avenidas’ típicas de mobilidade em direção à classe privilegiada” (GIDDENS, *loc. cit.*).

Ainda, Giddens propõe outro aspecto que nos parece relevante nesse tipo de abordagem, de que devemos levar em conta a “integração social e moral” enquanto fator explicativo do recrutamento da elite. Pois bem, esse é um caminho para averiguarmos a socialização entre os indivíduos e grupos de indivíduos, intra e extra elite. A integração moral ocorrerá quando a elite partilhar ideias comuns e partilhar um *ethos* moral comum, verificando o pesquisador qual o grau de consciência dessa solidariedade no grupo estudado. De modo que a integração social diz respeito à frequência e à natureza dos contatos sociais e as relações entre os grupos de elite (casamento, amizades, consultas diretas etc). Ao final da proposta de análise, Giddens sugere diferenciar o quanto (a) o “poder efetivo” é difundido na sociedade e quanto é “centralizado” nas mãos das elites e (b) como o poder é distribuído pelos que ocupam posição de elite. Algumas implicações dessa constatação podem variar, pois enquanto (a) se refere a limitações sobre o poder das elites decorrentes de constrangimentos que lhes são impostos, (b) trata da limitação do poder que pode ser exercido apenas em relação a uma restrita variedade de temas no seio do próprio grupo (1974, p. 05). Destarte, o autor, com base no retrato das posições de elite da Inglaterra, desenvolve três tipos de estruturas que nos interessam pelos aspectos analíticos que desenvolve. Em vez de aplicar uma distinção simples entre elite e não-elite, oferece uma diferenciação a “meio-caminho” entre a elite e a não-elite, por ele denominado de estrutura secundária. E dois tipos de estrutura secundária podem ser distinguidos segundo o autor, e que nos interessam diretamente: estrato de recrutamento e o estrato administrativo (1974, p. 13).

A composição do que ele chama de estrato de recrutamento representaria o conjunto de indivíduos onde aqueles nas posições a caminho da elite são diretamente formados. Porém, o estrato administrativo, onde se encontram aqueles que não são recrutados pela elite, é composto por indivíduos muito próximos aos que são recrutados para a elite, em termos de formação e de atuação (*ob. cit.*, p. 13-14). Assevera Giddens que, por ventura, onde o estrato de recrutamento e o estrato administrativo é o mesmo ou se sobrepõem um ao outro, um processo de seleção

burocrática<sup>19</sup> provavelmente determina o recrutamento para as posições de elite. A ascensão para o topo toma lugar dentro da organização e, portanto, a posse manifesta de habilidades técnicas e *expertise* tendem a ser o primeiro critério de mobilidade.

Por outro lado, onde o estrato administrativo e de recrutamento são separados um do outro, ou eles apenas se sobrepõem de forma discreta, o critério usado na seleção dos membros de elite provavelmente será (pelo menos formalmente) não claramente definido, e alude o autor que se levarão em conta qualidades gerais de caráter ou, possivelmente, esclarece Giddens, mais atribuídos pessoais do que características de fato conquistadas (*ob. cit.*, p. 16).

No estudo de recrutamento para o Estado, parece-nos fundamental levar em conta os fatores “socialização” e “aprendizagem” como o faz Giddens e, portanto, incluir o estudo dos dois pólos, recrutador e recrutado, e as relações que se estabelecem entre eles. No entanto, e o autor não diz isso, essa divisão em estratos pode ser relevante tão-somente por uma questão analítica e não deve excluir uma forma de recrutamento que inclua a maneira de avaliar a socialização/aprendizagem. Isso porque entendemos que o processo de recrutamento pode incluir uma avaliação meritocrática contida numa normatização própria, previamente reconhecida, capaz de estabelecer critérios para o recrutamento, que prestigia supostamente o grau de aprendizagem obtido pelo indivíduo, noutras palavras, as características por ele de fato conquistadas ao longo de sua vida. Quando não for possível medir essas características, por assim dizer, de fato conquistadas, pode ser que predomine certo processo de socialização a que são submetidos os indivíduos, sendo prestigiado um recrutamento por vínculos sociais mantidos, compartilhados e reconhecidos entre recrutador e recrutado. Por outro lado, parece-nos plausível que, mesmo diante de posições favorecidas de recrutamento, “socialização” e “mérito” integram um único componente para o recrutamento para o Estado. Explicamo-nos. Pode ser que o processo de aprendizagem seja de tal forma específico e desenvolvido, por vezes no mesmo lugar das posições de socialização a que são submetidos recrutador e recrutado, que “socialização” e “aprendizagem” sejam relevantes para definir o recrutamento.

---

<sup>19</sup> Concluimos, de maneira lógica, a meritocracia.

Ademais, vislumbramos que as propostas metodológicas de Czudnowski e de Giddens no estudo do recrutamento não se mostram excludentes já que os dois autores desenvolvem, à sua maneira, a ideia de que o recrutamento político estabelece uma ligação entre a política e a sociedade (*ob. cit.*, 05). Para Morshe Czudnowski, o estudo do recrutamento político se refere aos processos em que indivíduos ou grupos de indivíduos são induzidos a desempenhar papéis políticos ativos (1975). Todavia, tanto Czudnowski quanto Giddens manejam categorias de análise semelhantes na composição da variável “socialização”. Cogitamos, por isso, que esse ponto de convergência é-nos importante para a compreensão do funcionamento do aparato de Estado que estudamos. Aliás, os dois autores articulam de maneira semelhante a relação “socialização” e “aprendizado”, que trabalham conjuntamente.

Dentre as variáveis a se levar em conta para explicação do fenômeno do recrutamento, Czudnowski chama atenção para a “socialização” dos agentes. As categorias que compõem a variável “socialização” articulada pelo autor são de diversas ordens, mas ele nos indica um caminho para a utilização dessa ferramenta analítica no estudo do recrutamento político. Consoante Czudnowski, o candidato típico é recrutado onde o autor chama de “posições de aprendizado”, em que o candidato demonstra suas habilidades e suas orientações de valor. Essas posições são o *locus* em que ocorre a socialização. Da nossa leitura, não nos parece distante da abordagem que mencionamos de Giddens quando este se refere ao chamados “estratos de recrutamento”.

A socialização política pode ser considerada em Czudnowski como consistindo no estágio de aprendizado em que o aprendiz compartilha com o estrato dos políticos ativos e de um último estágio semelhante ao *status* de aprendizagem das associações medievais em que o candidato potencial encontra-se muito perto dos centros de decisão e aprende novas habilidades. Desse modo, esse candidato torna-se um “potencial” recrutado. A sua socialização mais relevante para o recrutamento ocorre na estrutura formal e informal e na cultura política de uma área específica de governo e política (CZUDNOWSKI, *ob. cit.*, p. 187). E, aqui, pensamos que a proposta de Giddens não se distancia, haja vista a proximidade que o autor estabelece entre estrato de recrutamento e elite, que nós propomos discutir nas figuras do recrutador e do recrutado.

A partir de seus estudos de recrutamento político, Czudnowski indica que, provavelmente, o recrutamento em direção à política é determinado mais por experiências adultas e variáveis situacionais que por predisposições gerais, adquiridas antes. Um tipo de experiência adulta mais diretamente relacionado ao recrutamento é seu envolvimento inicial ativo na política (CZUDNOWSKI, *ob. cit.*, p.195). Giddens, de acordo com o que foi mencionado, alude a “integração social e moral” como um fator explicativo do recrutamento da elite, ocorrida no que denomina estrato de recrutamento. Reconheçamos: Charles Wright Mills, bem antes de Czudnowski e Giddens, afirmou que “as posições institucionais que os homens ocupam durante seu tempo de vida determinam suas probabilidades de obter e defender valores selecionados” (MILLS, *ob. cit.*, p. 64).

Não obstante, Mills, Giddens e Czudnowski tratam, cada qual à sua taxionomia, a respeito da composição da elite política e do caminho percorrido por seus integrantes, e mais, referem-se a posições de recrutamento e de socialização nelas desenvolvidos, valendo-se de categorias de análise tais como origem social, trajetória escolar e profissional e forma de recrutamento, todas elas importantes para nós. Também por isso, a operacionalização precisa do instrumental analítico pode contribuir para a tentativa de compreender tanto aqueles que se encontram em posição de elite como o caminho percorrido por eles até essa posição, e dessa forma a reprodução que se estabelece a partir dessas posições.

### **3. OS ASSESSORES JURÍDICOS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DO MP-PR**

#### **3.1 ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – A CÚPULA INSTITUCIONAL**

Nesse tópico introdutório aos dados, esboçamos os principais aspectos da organização administrativa da instituição definidos em lei, ou seja, o esqueleto formal do MP-PR, para facilitar a localização das posições estratégicas de poder da instituição e quem as ocupa formalmente<sup>20</sup>.

A organização formal do MP-PR abarca três espécies de órgãos: de administração; de execução, e; auxiliares. Existem seis órgãos de administração do Ministério Público, dos quais quatro são tidos como órgãos da Administração Superior segundo a LONMP<sup>21</sup>. Assim, são órgãos da Administração Superior do Ministério Público: Procuradoria-Geral de Justiça; Colégio de Procuradores de Justiça; Órgão Especial do Colégio de Procuradores; Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público. Não obstante, são considerados órgãos de administração do Ministério Público as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.

De acordo com a divisão jurídica, os órgãos de execução do Ministério Público são quatro, a saber: Procurador-Geral de Justiça; Subprocuradores-Gerais

---

<sup>20</sup> Os estatutos legais que orientam as práticas dos seus agentes definem que algumas posições sejam ocupadas através de eleições abertas aos seus membros. Basta olhar para o calendário 2013: eleições para a composição do CNMP, Ouvidoria-Geral, Órgão Especial, Conselho Superior e Corregedoria-Geral. Queremos dizer com isso que são recorrentes os debates no MP-PR e que não nos olvidamos das dinâmicas internas de composição de cada órgão que será apresentado, no cenário de disputas democráticas. A analogia é em relação à sociologia das organizações de Robert Michels (1982). Conforme observamos na realidade, podemos dizer que a competição induz à organização.

<sup>21</sup> No caso do Paraná, a organização do Ministério Público está prevista na Lei Complementar Estadual n. 85/99, artigo 6º e ss. a espelho da LONMP. Para ser mais preciso, as disposições normativas a respeito da organização e funções que orientam as práticas dos membros do MP paranaense são, em ordem: Constituição Federal – artigos 127 a 130-A; Lei Complementar Federal n. 75/93; Lei Federal n. 8.625/93 (LONMP); Constituição Estadual – artigos 114/122; Lei Complementar Estadual n. 85/99; Lei Complementar Estadual n. 117/2007 (Ouvidoria do MP/PR), e; Lei Complementar Estadual n. 122/2008. Sem esquecer das orientações oriundas do CNMP, da PJG, do CSMP e da CGMP.

de Justiça; Conselho Superior do Ministério Público; Procuradores de Justiça, e; Promotores de Justiça.

Existem cinco órgãos auxiliares do Ministério Público, além de outros criados pela Lei Orgânica Estadual: a Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça; a Coordenadoria de Recursos; os Centros de Apoio Operacional; Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; a Comissão de Concurso; os Órgãos de Apoio Administrativo; os Estagiários, e; a Ouvidoria, no Paraná, criada pela Lei Complementar n. 117/2007. Todavia, destacamos os chamados Órgãos da Administração Superior por serem essas posições privilegiadas no que se refere à hierarquia administrativa e ocupadas pelos indivíduos que compõem nosso objeto de estudo, os assessores jurídicos das Procuradorias de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão executivo da chamada Administração Superior do Ministério Público e tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça.<sup>22</sup> Já o Colégio de Procuradores é presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e composto por todos os procuradores de justiça. A principal característica do Colégio, por ser um órgão colegiado e integrado pelos membros da classe mais elevada da carreira, é o seu papel consultivo. De acordo com a LONMP, para exercer as atribuições do Colégio de procuradores de justiça com número superior a quarenta procuradores de justiça, poderá ser constituído Órgão Especial. No Paraná, a Lei Complementar Estadual n. 85/99 previu a criação do Órgão Especial enquanto órgão da Administração Superior do MP-PR. As atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça no MP-PR são exercidas por Órgão Especial, integrado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público como membros natos e por mais trinta membros, metade constituída pelos Procuradores de Justiça mais antigos e a outra metade eleita, em votação secreta, com mandato de um ano, inadmitida a recusa imotivada do encargo.

---

<sup>22</sup> Em pormenor, ver artigo 10 da LONMP. A escolha do Procurador-Geral de Justiça consagra um procedimento político que envolve os membros da instituição. Assim, promotores de justiça substitutos, promotores e procuradores de justiça elegem uma lista tríplice dentre os candidatos integrantes de toda a carreira, mediante voto plurinominal, que é encaminhada ao Chefe do Executivo do Estado. Ao final, cabe ao Chefe do Executivo a nomeação para o cargo de Procurador-Geral de Justiça de um daqueles que figuram na lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento. Na última eleição, que ocorreu no corrente 2012, o Governador Beto Richa (PSDB) nomeou o candidato mais votado pelos membros da instituição. O que nem sempre ocorreu, como no caso de duas indicações pelo Governador Roberto Requião (PMDB), tanto em 2004 como em 2006, do procurador de justiça Milton Riquelme de Macedo a Procurador-Geral de Justiça, então segundo mais votado entre os concorrentes nas duas eleições.



A composição do Conselho do Ministério Público estadual não é da mesma forma como a do Conselho do Ministério Público da União, já que depende de cada legislativo estadual<sup>23</sup> disciplinar o assunto. A LONMP, entretanto, prevê que serão membros natos do Conselho, mesmo nos MPE's, tanto o Procurador-Geral de Justiça como o Corregedor-Geral do Ministério Público, sendo que primeiro presidirá o Conselho. No Paraná, os sete demais membros são elegíveis dentre os procuradores de justiça, por voto de toda a carreira<sup>24</sup>.

A Corregedoria é o órgão fiscalizador e orientador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público. É dirigida pelo Corregedor-Geral, o qual será eleito, conforme já mencionado, pelo Colégio de Procuradores, entre os Procuradores de Justiça. O Corregedor-Geral é membro nato tanto do Colégio de Procuradores como do Conselho Superior do Ministério Público.

As Procuradorias de Justiça são órgãos da Administração do MP, com cargos de procurador de justiça e serviços auxiliares. As Procuradorias de Justiça do MP-PR são classificadas em Procuradoria de Justiça Criminal e Procuradoria de Justiça Cível, com atribuição legal de oficiar perante órgãos judiciais de segundo grau. No MP-PR, são 10 as Procuradorias de Justiça, sendo 05 criminais e 05 cíveis<sup>25</sup>. Esquemáticamente, há, portanto, na organização do MP-PR as Procuradorias de Justiça:

---

<sup>23</sup> Artigo 28 ao 33 da Lei Complementar Estadual n. 85/99.

<sup>24</sup> Artigo 28 e ss. da Lei Complementar Estadual n. 85/99. A este órgão compete, principalmente: elaborar as listas sêxtuplas para composição do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça; indicar ao Procurador-Geral, em lista tríple, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento; bem como eleger os membros que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira; autorizar o afastamento de membro do MP para frequentar curso de aperfeiçoamento e estudo, no país ou no exterior, e; decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.

<sup>25</sup> Os procuradores de justiça de cada Procuradoria indicarão, à designação do Procurador-Geral de Justiça, o respectivo procurador de justiça coordenador e seu substituto, responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos serviços administrativos, judiciais e extrajudiciais de atribuição da respectiva Procuradoria. Desse modo, todas as cinco Procuradorias de Justiça Criminais e as cinco Procuradorias de Justiça Cíveis possuem um Coordenador, por óbvio perfazendo o número de 10 Procuradores de Justiça Coordenadores. O Coordenador, além de desempenhar as atividades inerentes à Procuradoria, basicamente, deve apresentar ao Procurador-Geral de Justiça um relatório trimestral das atividades da Procuradoria de Justiça, de acordo com o caso, zelando pelo seu funcionamento, no que pertine à supervisão dos serviços auxiliares, da distribuição dos autos em que os procuradores de justiça correspondentes devem atuar, e ao cumprimento dos prazos processuais definidos nos Estatutos próprios, p. ex.: CPC e CPP.

**Tabela 01: Procuradorias de Justiça do MP-PR**

<b>Criminal</b>	<b>Cível</b>
1ª Procuradoria de Justiça Criminal	1ª Procuradoria de Justiça Cível
2ª Procuradoria de Justiça Criminal	2ª Procuradoria de Justiça Cível
3ª Procuradoria de Justiça Criminal	3ª Procuradoria de Justiça Cível
4ª Procuradoria de Justiça Criminal	4ª Procuradoria de Justiça Cível
5ª Procuradoria de Justiça Criminal	5ª Procuradoria de Justiça Cível

Elaboração própria

Os cargos de procurador de justiça de cada Procuradoria são em número correspondente, no mínimo, a dois terços de membros do Tribunal de Justiça do Paraná, sendo o número de cargos de cada Procuradoria de Justiça (Cível ou Criminal) estabelecido pelo Procurador-Geral de Justiça<sup>26</sup>.

Os procuradores têm, basicamente, a função de atuar nos respectivos autos de processos distribuídos para a Procuradoria a que pertence e exercer a inspeção permanente dos serviços dos promotores de justiça nos autos em que oficiem, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público. Aos procuradores de justiça, quando no exercício de suas funções, são extensivas as prerrogativas conferidas ao Procurador-Geral de Justiça, incumbindo-lhes officiar nos autos judiciais que lhes foram distribuídos ou objeto de delegação do Procurador-Geral de Justiça, emitindo, conclusivamente, e na oportunidade própria, as respectivas promoções escritas (pareceres), assim como participar das sessões de julgamento das Câmaras e Grupos de Câmaras do Tribunal de Justiça do Paraná.

No ano de 2002, no governo de Jaime Lerner, foram criados no quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, de Assessor Jurídico, privativos de bacharéis em direito, para o desempenho de função auxiliar das Procuradorias de Justiça Criminal e Cível. A partir de então, cada procurador de justiça pode contar com uma vaga de cargo DAS-4 para auxiliá-lo nas atividades da Procuradoria, podendo, diretamente, selecionar seu assessor jurídico, a seu critério, respeitados os limites legais.

<sup>26</sup> Atualmente, são 108 os procuradores de justiça do MP-PR, mas 02 deles estão afastados de suas funções alocados noutros órgãos do Estado do Paraná – vide: Portal da Transparência do MP-PR: [www.mp.pr.gov.br](http://www.mp.pr.gov.br)

O MP-PR conta, atualmente, com 616 membros, sendo que a maior parte está localizada nas entrâncias intermediária e final carreira. É importante não confundir os vocábulos de significação jurídica entrância e instância. A primeira diz respeito à carreira (inicial, intermediária e final), seja a do Ministério Público ou da magistratura, enquanto que a segunda se refere ao grau de jurisdição (primeira, segunda ou instâncias superiores). Essas posições vão se diferenciar tanto pelas atribuições de execução e administração que lhes são inerentes, previstas nos estatutos legais que as prevêm, como pela proximidade com locais de tomadas de decisões, dentro e fora da instituição, o que acarretará níveis desiguais de disponibilidade de recursos material, humano e financeiro.

Aqueles que se encontram nas posições de hierarquia superior da instituição – as Procuradorias de Justiça - usufruem de recursos de poder valorizados no interior e fora da organização<sup>27</sup>. No caso do MP-PR, a última etapa da carreira é composta por procuradores de justiça, que, entre outras atividades, exercem permanente fiscalização administrativa das práticas dos demais membros localizados abaixo na hierarquia da organização<sup>28</sup>.

No plano formal, os membros do MP-PR que ocupam o topo da hierarquia administrativa, portanto, encontram-se lotados nas posições de poder dos chamados Órgãos Superiores da Administração, chefiados por procuradores de justiça. Assim, a alta hierarquia do Ministério Público é identificada na Procuradoria-Geral de Justiça, nos órgãos colegiados, Colégio de Procuradores e Conselho Superior, e na Corregedoria-Geral<sup>29</sup>. Assim, de uma maneira geral, podemos afirmar que a cúpula da instituição é formada por procuradores de justiça, tanto pelo desenho da instituição como pelas relações que usufruem dessa posição privilegiada e reconhecida como tal dentro e fora do Ministério Público.

---

<sup>27</sup> O exercício do poder acumulado na posição das Procuradorias de Justiça, consubstanciado nas práticas a elas inerentes, coloca o agente em constante relação com posições privilegiadas de poder fora da instituição. Os procuradores de justiça exercem suas atividades ao lado dos desembargadores, que ocupam o topo do aparato central do sistema de justiça estadual - o Tribunal de Justiça do Estado. Além de representar o segundo e último grau da jurisdição estadual, é no TJ-PR que são julgados conflitos sociais, políticos e econômicos relevantes na esfera estadual, a exemplo daqueles indivíduos que gozam do chamado foro privilegiado, v. g. os deputados estaduais, os prefeitos e os secretários do Estado, estes últimos nos crimes comuns e nos de responsabilidade.

<sup>28</sup> Em pormenor, conferir a Constituição do Estado do Paraná.

<sup>29</sup> Convém dizer que, especificamente, o cargo de Procurador-Geral pode ser ocupado por qualquer membro do MP-PR – cf. Lei Orgânica do MP-PR.

Desse modo, os assessores jurídicos DAS-4 auxiliam diretamente à alta cúpula institucional e, por isso, estão submetidos à convivência diária com pessoas e assuntos do mais alto interesse do ponto de vista institucional.

## **3.2. OS ASSESSORES JURÍDICOS**

### **3.2.1 ATRIBUTOS PESSOAIS**

Constatamos que 74% do grupo dos DAS-4 é composto por mulheres. Esse número chama mais atenção quando olhamos para a composição das Procuradorias de Justiça, onde encontramos 15% de mulheres entre os seus recrutadores, os procuradores de justiça<sup>30</sup>.

Por local de nascimento, a maioria dos DAS-4 é do Estado do Paraná (85%), sendo que 52% deles de Curitiba-PR. Já quando à etnia, religião e estado civil, a predominância das respostas incluiu brancos (94%)<sup>31</sup>, católicos (66%)<sup>32</sup> e solteiros (69%)<sup>33</sup>.

Em relação à idade, obtivemos uma média geral de cerca de 30 anos entre os respondentes. Todavia, entre as mulheres percebemos uma amplitude maior em relação a essa média.

---

<sup>30</sup> Fato é que o número de procuradoras de justiça tem aumentado em relação às duas últimas décadas, mas a predominância masculina é inegável. Dos nove Procuradores de Justiça empossados em 2012, três são mulheres. Ver: CSMP, atualizado em setembro de 2012. Disponível no CSMP: [www.mp.pr.gov.br](http://www.mp.pr.gov.br). No Estado do Paraná, o número de mulheres chega a 50,8% da população total, sendo que em Curitiba 52,33%, de acordo com censo 2010 do IBGE Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>31</sup> Apenas dois indivíduos se disseram “pardos” e dois “amarelos”.

<sup>32</sup> 15% das respostas representam a orientação “espírita”, seguidos dos que “não responderam” (NR 11%).

<sup>33</sup> 19% se disseram “casados” e 9% “em união estável”. Interessante os números do Estado do Paraná e de Curitiba. No âmbito estadual, brancos e católicos compõem cerca de 50% da população, já os solteiros são 41%. Em Curitiba, brancos e católicos são 50,74% e os solteiros estão entre os 42,39% dos curitibanos. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

**Tabela 02: idade dos DAS-4 por sexo**

<b>Sexo</b>	<b>Média de idade</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Mediana</b>
<b>Homem</b>	30,11 anos	4,689	<b>29</b>
<b>Mulher</b>	<b>30,27 anos</b>	<b>7,284</b>	<b>30</b>

Elaboração própria

Em sua maioria, os DAS-4 não possuem ascendentes diretos ligados ao mundo jurídico, já 88% de seus pais e 92% de suas mães não exerceram qualquer atividade jurídica.

Esse dado é interessante para indicar que os DAS-4 não descendem diretamente de famílias com carreiras jurídicas, o que reduz sensivelmente a possibilidade de existir, entre os respondentes, nepotismo cruzado pelo recrutamento em cargo em comissão, por ascendência direta, entre o MP-PR e outros órgãos do ramo jurídico da burocracia do Estado, como por exemplo o Tribunal de Justiça.

Assim, os dados obtidos com o questionário sugerem uma homogeneidade considerável de seus atributos pessoais. Fica evidente que, se tomarmos a análise dos dados tabulados por sexo, local de nascimento, etnia, religião, estado civil e idade, nosso grupo estudado é composto, predominantemente, por mulheres paranaenses, boa parte delas curitibanas, se dizentes brancas, católicas e solteiras, cuja média de idade de aproximadamente 30 anos.

### **3.2.2 TRAJETÓRIA ESCOLAR**

Chamam atenção as três principais instituições de ensino superior pelas quais os DAS-4 se graduaram em Direito<sup>34</sup>:

<sup>34</sup> As instituições de ensino superior que aparecem na sequência, por ordem de frequência, são: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (6), Universidade Estadual de Maringá - UEM (4), Universidade Estadual de Londrina - UEL (2), Universidade Positivo - UNIPOSITIVO (2), Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP (1), Universidade de Cuiabá - UNIC (1), Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu - UNIFOZ (1), Universidade Tuiuti do Paraná - UTP (1) e Universidade de Marília - UNIMAR (1).

**Tabela 03: IES em que os DAS-4 se graduaram em Direito**

Instituição de ensino	%
<b>FDC + UNICURITIBA</b>	<b>46,6 %</b>
<b>PUC-PR</b>	<b>13,7 %</b>
<b>UFPR</b>	<b>12,3</b>
<b>Total por essas três IES</b>	<b>72,6 %</b>

Elaboração própria

Verificamos que a maioria dos assessores é oriunda dos cursos oferecidos pela Faculdade de Direito de Curitiba (FDC), fundada em 1950, que, posteriormente, chamada Faculdades Integradas Curitiba, passou a oferecer outros cursos de graduação e tornou-se, em 2007, o Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), bem como do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR, *campus* Curitiba), instituição confessional, fundado em 1957, e do curso da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o mais antigo dos três, fundado em 1912<sup>35</sup>. Em duas pesquisas anteriores, já foi evidenciado que os cursos de Direito oferecidos por essas três instituições projetam egressos para posições importantes do Paraná.

Em recente pesquisa realizada pelo NUSP-UFPR acerca de *Quem são e o que pensam os desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná*, realizada em 2006/2007, a composição daquele Tribunal era de 36,6%, 31% e 12,7%, respectivamente, graduados em Direito pela UFPR, FDC e PUC-PR (*campus* Curitiba)<sup>36</sup>. Ressalva seja feita no caso da cúpula do judiciário porquanto eram três os cursos de Direito existentes em Curitiba até a década de 1980, justamente UFPR, FDC e PUC-PR (*campus* Curitiba).

Para além do universo jurídico, Pedro Leonardo Medeiros, em sua dissertação de mestrado a respeito da relação entre *escolaridade e classe dirigente no Paraná*, aponta que do total de graduados da classe dirigente paranaense, 134

<sup>35</sup> Disponível no sítio do Ministério da Educação (MEC): <http://emec.mec.gov.br/>

<sup>36</sup> A respeito, consultar o sítio do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR (NUSP): [www.humanas.ufpr.br/portal/nusp/](http://www.humanas.ufpr.br/portal/nusp/). Ver também, recente trabalho publicado nos Anais do 35º Encontro Nacional da ANPOCS: VIEGAS, Rafael R.; MONGELOS, Sílvia A. A.; PERISSINOTTO, Renato M. **Autopercepção e controle externo: o caso do Tribunal de Justiça do Paraná**. Caxambu, 2011.

(63,8%) formaram-se em uma das três instituições acima mencionadas, em sua maioria graduados em Direito<sup>37</sup>.

Como recorda o próprio Pedro Medeiros (2011), essas três graduações em Direito guardam a semelhança de serem os cursos jurídicos mais antigos do Estado, sediados na capital paranaense. E aqui alertamos para a mesma ressalva de que até 1980 não havia outra opção de curso jurídico em Curitiba. No nosso caso, existe um retrato de assessores jurídicos que se graduou em Direito a partir de 2005 (60%), sendo que tomaram posse a partir de 2006 (76%), quando se ampliam a assessoria das Procuradorias.

Esses números são importantes, por razões sobejamente argumentadas, porque, nesse mesmo período (anos 2000), a Região Metropolitana de Curitiba já contava com 24 faculdades de Direito instaladas e em funcionamento, 17 delas só na capital<sup>38</sup>, o que aufere mais notabilidade à presença de diplomados na FDC/UNICURITIBA, PUC-PR e UFPR entre os DAS-4.

Aliás, ressaltamos que 70% dos assessores são oriundos de IES privadas e 30% de instituições públicas, sendo mais surpreendente o número de assessores que estudaram na FDC/UNICURITIBA (46,6%).

Ainda tratando da trajetória escolar dos DAS-4, constatamos que eles prosseguiram nos estudos de pós-graduação (71%). Apenas dois casos de cursos de pós-graduação não jurídicos, sendo que 26% deles estudaram na Fundação Escola do Ministério Público (FEMPAR), 12% na Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) e 5% na Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst).

Com essa verificação, é notável o recrutamento dos DAS-4 em estratos específicos de egressos entre o pessoal graduado em instituições privadas, com destaque para a FDC/UNICURITA, assim como a maioria detém titulação de pós-graduação. Mas, um olhar mais atento para sua formação de nível superior e de pós-graduação revela importantes achados.

---

<sup>37</sup> Relativo à expressão dessas três instituições de ensino no Estado do Paraná, ver MEDEIROS, 2011 - cujo elemento empírico tem sintonia com as pesquisas realizadas pelo NUSP-UFPR.

<sup>38</sup> Disponível no sítio do Ministério da Educação (MEC): <http://emec.mec.gov.br/>

### 3.2.3 TRAJETÓRIA ESCOLAR: VALORIZAÇÃO DA PRÁTICA

Há motivos para se cogitar de uma predileção dos assessores oriundos de instituições de ensino que privilegiam “formação eminentemente prática” por parte dos procuradores de justiça. Referimo-nos a esquemas de apreciação, percepção e ação do mundo social por via da internalização dos sistemas classificatórios dominantes no mundo jurídico provenientes de instituições de ensino cujo conteúdo programático e lecionado seja eminentemente prático (BOURDIEU, 2003; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude, 2008, pp. 158-206). Temos ao menos indícios plausíveis a respeito, valendo-nos do ponto de vista dos assessores e dos procuradores obtidos pelo questionário e pelas entrevistas em profundidade<sup>39</sup>.

Perguntados no questionário quanto à razão de ter optado pelo curso de Direito da instituição pela qual cursou sua graduação, sobrevieram as seguintes respostas dos assessores:

**Tabela 04: razão de opção pela IES x IES pública e privada x FDC/Unicuritiba**

	IES em que se graduaram		
	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>	<b>FDC/ UNICURITIBA</b>
Principalmente, pelo renome do curso de Direito desta instituição	36 %	46 %	54 %
Principalmente, pela qualidade do ensino ali ministrado	54 %	32 %	33 %
Esta instituição não foi minha primeira opção	4 %	13 %	6 %
Não respondeu ou outro motivo	6 %	9 %	7 %
<b>Total</b>	<b>100 %</b>	<b>100 %</b>	<b>100 %</b>

Elaboração própria

<sup>39</sup>Para mais informações a respeito da história do ensino jurídico brasileiro técnico e profissionalizante ver: MARCHESE, 2006.



Tratamos por renome da instituição uma representação acerca da instituição, mais evidente no meio jurídico<sup>40</sup>. Pelos dados coletados, parece que “renome” e “qualidade” são critérios distintos. Dessa forma, entre aqueles com passagem pela graduação em Direito pela UFPR pode existir uma representação acerca da instituição que inclui em demasia suposta qualidade do ensino ali ministrado. Por sinal, vejamos que aqueles que realizaram a sua graduação em instituição de ensino pública foram os que mais optaram pela qualidade do ensino ministrado, ficando em último entre aqueles que optaram pelo curso em razão do renome da instituição, de todos os respondentes. Agora, dentre aqueles oriundos das instituições privadas, que, lembramos, perfazem 70% dos assessores que nos responderam o questionário, as respostas predominantes se invertem e a maioria nos respondeu que optou pelo curso de graduação devido ao renome da instituição em detrimento de eventual qualidade de ensino ali ministrado. Não obstante, 13% nos indicaram que aquela instituição não foi a sua primeira opção, mais que o triplo daqueles oriundos de instituições públicas.

Em comparação com as respostas de todos os assessores, aqueles oriundos da graduação da FDC/UNICURITIBA foram os que mais nos disseram ter escolhido essa faculdade de Direito pelo renome da instituição. Esse mesmo prestígio acerca do renome da FDC/UNICURITIBA nos foi mencionado quando das entrevistas em profundidade, tanto com os assessores quanto com os Procuradores<sup>41</sup>.

Assessores e Procuradores quando perguntados nas entrevistas sobre os atuais cursos de Direito em geral nos forneceram respostas interessantes, que categorizamos para análise conforme o esquema a seguir<sup>42</sup>:

---

<sup>40</sup> Em termos de *marketing*, hoje em dia, algumas instituições se valem de “índices” como o número de aprovações de seus egressos no exame da OAB e a nota alcançada pelo ENADE feito pelo MEC a fim de demonstrar sua qualidade ao público.

<sup>41</sup> Dos seis assessores entrevistados, apenas um se graduou pela UFPR, sendo que os outros quatro são egressos da FDC/UNICURITIBA e um da PUC-PR (*campus* Curitiba). Dos procuradores de justiça entrevistados, quatro são oriundos de instituições públicas de ensino e três da FDC/UNICURITIBA

<sup>42</sup> Os símbolos querem dizer: “+”, positivo - predomínio ou resposta a favor em relação ao conteúdo da pergunta e à IES, pública ou privada; “-“, negativo – contrário em relação ao conteúdo da pergunta e à IES, pública ou privada

**Tabela 05: opinião de recrutadores e recrutados acerca das graduações em  
Direito**

Pergunta	Respostas dos assessores jurídicos DAS-4 quanto			Respostas dos Procuradores de Justiça quanto		
	IES Privadas	IES Públicas	IES citadas	IES Privadas	IES Públicas	IES citadas
Quanto à maior possibilidade de inserção do egresso no mercado de trabalho (concurso público e iniciativa privada)	+ -	+ -	FDC/UNI CURITIB A PUC-PR UEL UFPR	+ -	+ -	FDC/UNI CURITIB A PUC-PR UENP
Quanto à maior possibilidade de inserção do egresso no mundo acadêmico (mestrado, doutorado e docência)	-	+	UFPR UEL	-	+	UFPR USP UFSC
Quanto ao predomínio da prática (ministrado no conteúdo das aulas e estágio)	+	+ -	FDC/UNI CURITIB PUC-PR UFPR	+	+	FDC/UNI CURITIB A
Quanto ao predomínio teórico (ministrado no conteúdo das aulas e estágio)	-	+	UFPR	-	+	UFPR UFRGS UENP

Elaboração própria

Existe uma profunda homogeneidade na visão dos assessores e dos procuradores, o que é muito interessante do ponto de vista da socialização desses agentes. Percebemos que tanto as instituições de ensino públicas quanto às privadas foram mencionadas nas entrevistas como “capacitadoras” para que seus egressos consigam um “lugar ao Sol” no mercado de trabalho. Ressalvas feitas por assessores e procuradores à eventual queda de qualidade do ensino jurídico devido à proliferação de faculdades de Direito privadas. O único ponto em que divergem diz respeito a citar a UFPR ou não como possibilidade de entrar no mercado ou do ensino prático. Creio que isso pode ser explicado pelo fato de os Procuradores de

Justiça terem mais experiência de mercado e de atividade prática do que os assessores.

Notamos também que ambos os grupos reconhecem a FDC/UNICURITIBA e a PUC-PR (*campus* Curitiba) como instituições que dão subsídios aos seus egressos para encarar o mercado de trabalho, seja com a aprovação em concurso público ou na iniciativa privada. Por sua vez, os assessores, ao mesmo tempo em que se referem à sua visão do predomínio teórico nos conteúdos ministrados das instituições públicas, dizem que essa mesma abordagem teórica pode promover um curioso distanciamento do egresso da realidade do mercado de trabalho.

Aliás, três dos assessores levantaram a questão da não necessidade de se estudar com afincamento disciplinas propedêuticas (v. g., Teoria do Estado, Filosofia Jurídica, Teoria do Direito, Sociologia Jurídica) conforme “se ouve dizer” da exigência dada pela UFPR a essas disciplinas. Ou seja, para os assessores que entrevistamos, o mercado de trabalho buscaria pessoas capacitadas para atuarem imediatamente e, por isso, a vantagem da formação voltada para prática residiria em melhor capacitar o egresso para soluções cotidianas.

A respeito, um dos procuradores de justiça entrevistados nos foi categórico: “(...) *não me interessa um assessor que venha me explicar a Crítica da Razão Pura* – em alusão a obra de Kant – *mas alguém que saiba fazer o trabalho da procuradoria e cumpra os nossos prazos escassos (...)*”. Outro procurador ressaltou: “*de que importa alguém me dar uma aula sobre Michel Foucault num parecer e não colocar no papel aquilo que o Tribunal vem decidindo (...)*”, ou seja, o que a jurisprudência vem adotando como entendimento para certos casos levados a julgamento.

Mas registramos que a menção a “ferramentas práticas de atuação” abarca não apenas a técnica jurídica. Notamos que aqui devemos levar em conta a retórica e o comportamento voltado para a solução de algum problema, assim como ser conhecedor dos “atalhos” que só a experiência poderia proporcionar, por exemplo: com quem falar ou se aproximar para obter vantagem e sobre o que falar (tirar dúvida, pedir algo que foge da previsão dos estatutos jurídicos).

Entre as representações dos entrevistados quanto às IES privadas, todos dão conta de que são instituições que preparam os seus egressos para o mercado de trabalho, incluídas em todas as entrevistas referências principalmente à FDC/UNICURITIBA, justamente a instituição em que mais se graduaram os DAS-4.

Lembramos que, dentre aqueles que responderam ter concluído o curso de Direito na FDC/UNICURITIBA, 54% deles nos indicaram no questionário que optaram pelo curso em vista do renome da instituição, ao passo que 33% pela qualidade do ensino ali ministrado. Com isso, parece-nos que a representação que compõe o renome da FDC/UNICURITIBA entre seus egressos DAS-4 está menos ligada à qualidade de ensino e mais a outras questões de ordem prática.

Não que a qualidade de ensino da FDC/UNICURITIBA seja deficiente, pelo contrário. É uma das respostas que mais nos foram dadas e, outrossim, não temos como medir esse parâmetro qualitativo, até porque não é nosso interesse. Todavia, com isso queremos dizer que o seu chamariz principal entre os DAS-4, ao menos por nós identificados nessa pesquisa, não é a qualidade de ensino, e sim a representação a seu respeito da condição que os possibilita de alcançar posições privilegiadas no universo jurídico, tão somente à exceção da carreira acadêmica. A não ser que se tome qualidade de ensino simplesmente pelo resultado alcançado por seus egressos no mercado de trabalho.

Em todo caso, como vimos, os DAS-4 possuem passagem pelas principais instituições de ensino local e ostentam títulos pós-graduação. A maior parte deles possui uma representação acerca da instituição pela qual se graduou em Direito como impulsionadora para o mercado de trabalho, menos pela conotação da qualidade teórica de sua formação e mais pelos subsídios que oferece e que supostamente atendem às expectativas do mercado de trabalho dos concursos públicos e da advocacia, dentre os quais o predomínio do ensino das ferramentas práticas de atuação.

Ademais, se olharmos mais de perto os principais programas de pós-graduação por eles cursados, lembrando que 71% deles nos disseram possuir esse nível de titulação, veremos que os cursos mencionados são um modelo único de pós-graduação a que chamamos de *híbrido do universo jurídico*, que, concomitantemente, prepara os seus estudantes para concurso público ao passo que os intitula pós-graduados.

Daí, reconhecermos uma atualização técnico-jurídica dos DAS-4 depois-da-graduação pela presença marcante de instituições como Curso Luiz Flavio Gomes (LFG) (15%), Curso Luiz Carlos (9,6%), Fundação Escola do Ministério Público (FEMPAR) (9,6%), Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) (9%), Curso Marcato (4,6%) só para citar as principais ocorrências entre os nossos questionários

respondidos. Notadamente, falamos em instituições de ensino preparatórias para concursos públicos que oferecem o título de pós-graduação para aqueles que, caso optem ao final, cursam disciplinas de metodologia de pesquisa jurídica e entregam uma monografia jurídica.

Parece haver um encadeamento entre a função da FDC (*formar para a prática*), o desejo dos assessores (*passar num concurso*) e os critérios de recrutamento dos Procuradores (*gente prática*). Pelo visto, existe afinidade entre as orientações difundidas por essas posições no campo jurídico (FDC e MP) e os agentes que nelas atuam, afinidade que reforçaria tais orientações reciprocamente. Veremos que nuances dessa valorização pelos assessores e procuradores de justiça da “formação voltada para a prática” ou para o mercado de trabalho aparecem noutros momentos.

### 3.2.4 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: AUTO-JUSTIFICATIVA MOTIVACIONAL-POSICIONAL

Perguntamos aos assessores no questionário as três razões, por ordem de importância, que os teriam levado a ocupar a posição de assessor jurídico DAS-4, o resultado agregado que aparece é<sup>43</sup>:

**Tabela 06: razões para se tornar DAS-4**

<b>Resposta</b>	<b>%</b>
Financeira	20 %
Identificação com a instituição	15 %
Não respondeu	7 %
Demais respostas	58 %
<b>Total</b>	<b>100 %</b>

Elaboração própria

<sup>43</sup> Todas as respostas daqueles que nos indicaram em algumas das linhas qualquer afinidade com a instituição, categorizamos como “identificação”, e aqueles que indicaram algo como os vencimentos percebidos pelos DAS-4, salário, boa remuneração ou afins, categorizamos como razão “financeira”.

Essa pergunta lhes fora feita de modo que o respondente indicasse as três razões que o levaram ao cargo de DAS-4 e a resposta deveria ser indicada, por extenso, em três linhas, cada qual para uma das razões, se existissem.

A justificativa que mais apareceu, considerando a resposta dada na primeira linha, foi a “financeira”, seguida pela “identificação com a instituição” e pelas linhas deixadas em branco. Curioso, ainda, é que eles nos disseram, em seguida, que estão nessa condição pela “atividade jurídica” e “interesse pela matéria” (5 % cada uma).

A “atividade jurídica” refere-se ao tempo de experiência a ser adquirido depois da graduação que o candidato a concurso público precisa comprovar para disputar uma vaga nos concursos do Ministério Público e da Magistratura (03 anos). Assim, é como se 5% deles nos dissessem que estão assessores aguardando alcançar os três anos exigidos pelos editais dos concursos públicos de Promotor de Justiça e de Juiz.

De tal modo, optamos por relativizar a existência de “identificação com a instituição” não apenas por esse achado. Vejamos o que nos foi respondido quando perguntados acerca de qual concurso público pretenderia realizar. E o resultado é surpreendente<sup>44</sup>:

**Tabela 07: carreiras jurídicas pretendidas**

<b>Resposta</b>	<b>%</b>
Magistratura	21 %
Ministério Público	20,5 %
Defensoria Pública	6,8 %
Delegado	6,4 %
Demais respostas	45,3 %
<b>Total</b>	<b>100 %</b>

Elaboração própria

A surpresa se justifica, pois, se nos disseram que se identificam com a instituição, ao menos escolhem diversas carreiras estranhas às atividades

<sup>44</sup> Categorizamos todas as respostas relativas ao cargo de promotor de justiça como “Ministério Público”, assim também feito com aquelas respostas de juiz ou magistrado como “Magistratura” e a resposta que mais aparece é “Magistratura”, seguida de perto por “Ministério Público” e por “Defensoria Pública” e “Delegado”.

institucionais do MP, inclusive em detrimento da primeira opção de carreira, haja vista que muitos pretendem realizar concurso para a Magistratura. Embora do universo jurídico, é sabido que as atividades do Ministério Público não guardam tanta sintonia com as de magistrado ou de defensor público, pelo contrário<sup>45</sup>.

Deduzimos que essa opção por três carreiras distintas pode ter a ver justamente com a motivação financeira e com a possibilidade de ingresso em qualquer uma delas, uma vez que no Estado brasileiro Ministério Público e Tribunal de Justiça pagam um dos melhores subsídios do universo jurídico, que hoje gira em torno de R\$ 19.000,00 para o início da carreira de promotores de justiça e juízes. Recentemente criada no Paraná, a Defensoria Pública estadual ainda não prevê esses valores quando o assunto é a remuneração, todavia, a tendência é a equiparação remuneratória.

O próprio conteúdo programático exigido nos concursos público para essas três carreiras não difere em demasia, haja vista os recentes editais<sup>46</sup>. Ora, se a motivação é alcançar o a estabilidade da carreira pública, numa tacada de estudo é possível se preparar para os três concursos<sup>47</sup>. Com isso, não queremos amenizar que possa ser real a falta de interesse em permanecer no MP, sequer dizer que inexistente “identificação com a instituição” entre os DAS-4, entretanto, há, sim, assessores nos dizendo que buscam aprovação em concurso público em carreiras diversas às do MP.

No tocante às expectativas profissionais, conferimos que 74% deles nos disseram que prestaram concurso público durante o exercício do cargo DAS-4, sendo que destes 14% realizaram exames para carreira do MP e 12% da magistratura estadual<sup>48</sup>. Através do questionário, encontramos indivíduos recém-graduados em Direito, que prestaram exame da OAB, empossados a partir de 2006 e que se mantêm atualizados no que tange ao conhecimento técnico-jurídico exigido

---

<sup>45</sup> Em termos de atribuições, principalmente.

<sup>46</sup> Ver diretrizes a respeito do concurso público pelo CNJ e CNMP. Comparamos com o edital da Defensoria Pública do Paraná disponível em: <http://www.defensoriapublica.pr.gov.br/>. O conteúdo exigido difere-se em alguns detalhes, relativos às atribuições, embora o domínio das ferramentas técnicas lhes seja comum.

<sup>47</sup> Hoje em dia, é comum a figura do “concurseiro” no meio jurídico, caricatura de quem faz diversos concursos, independentemente da carreira, para ingresso no ramo jurídico da burocracia do Estado.

<sup>48</sup> 90% deles realizaram exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na última seleção, dos 114.520 bacharéis em Direito que a prestaram, apenas 18,14% foram aprovados – 20.773. Resultado do 8º Exame de Ordem Unificado em 21.11.2012 – [www.oab.org.br/servicos/examedeordeordem](http://www.oab.org.br/servicos/examedeordeordem). E o cenário é pior nos anos anteriores. Nesse sentido, ver dados fornecidos pela OAB no mesmo endereço eletrônico.

seja para o Exame da OAB ou para os principais concursos públicos de ingresso no ramo jurídico da burocracia do Estado<sup>49</sup>.

Desse modo, boa parte dos DAS-4 almeja um lugar entre as principais carreiras jurídicas do Estado do Paraná e, ao menos, em tese, o resultado disso é que se mantêm preparados para as atividades jurídicas da Procuradoria de Justiça pela via indireta.

### 3.2.5 AUTOPERCEPÇÃO POSICIONAL

Outro foi o referencial contido na pergunta sobre três fatores decisivos para que alguém seja escolhido assessor DAS-4 do MP-PR. O resultado que aparece, levando em conta a primeira resposta, é<sup>50</sup>:

**Tabela 08: fatores decisivos para ser recrutado**

<b>Resposta</b>	<b>%</b>
Contatos no MP	17,8 %
Conhecimento técnico (jurídico)	15,1 %
Competência	15,1 %
Demais respostas	52 %
<b>Total</b>	<b>100 %</b>

Elaboração própria

Esse quadro resulta das respostas aos fatores decisivos para que alguém (terceiro) chegue a ser recrutado DAS-4, e as respostas seguintes às que elencamos foram “adaptação” (4%), “dedicação” (4%) e “responsabilidade” (3%)<sup>51</sup>.

<sup>49</sup> Interessante que mesmo ocupando cargo sem provimento por concurso público, 90% deles entendam que o concurso seja a melhor forma de ingresso na carreira do Ministério Público.

<sup>50</sup> Categorizamos todas as respostas que se relacionavam à entrada na instituição por histórico de relação social como “contato no MP”; tudo o que se referiu a conhecimento jurídico chamamos de “conhecimento técnico”, e; todas as manifestações de atribuição de capacidade e aptidão para resolver problemas como “competência”.

<sup>51</sup> Categorizamos todas as respostas que envolviam a possibilidade de se ajustar em resposta a algum fator institucional ou pessoal como “adaptação”; tudo o que se referiu a devotar-se ao trabalho ou à pessoa como “dedicação”, e; todas as respostas associadas a um dever de vigilância e de dar conta de algo que se manda ou se pode mandar fazer como “responsabilidade”.



A interpretação da tabela acima deve levar em conta: (a) tanto o ângulo da autopercepção dos DAS-4, enquanto portadores de *conhecimento técnico, competentes, dedicados e responsáveis*; (b) certo nível de consciência dos “atributos” que precisam deter, e; (c) como esses mesmos “atributos precisam ser vistos” ou “reconhecidos” por quem os seleciona. E chegamos a essa conclusão da seguinte maneira.

Nas entrevistas em profundidade com os DAS-4, é recorrente a dimensão do “*ser visto é ser lembrado*”<sup>52</sup>, que, conforme notamos das respostas ao questionário, por sinal, os assessores têm certa consciência. Eles querem dizer que há modos e locais próprios para “ser visto”, conforme veremos adiante. Conquanto, “ser visto” implica em posições específicas de “visão”, onde haja “contato” e se estabelece uma rede (social) de comunicação. Não significa apenas proximidade pessoal.

Admitamos que de alguma forma “quem escolhe” o seu assessor precisa reconhecer nele “atributos”, por si ou por outrem, sejam estes “atributos” traços de personalidade detectados pela conduta, “competência”, “conhecimento técnico”, lastro de relações sociais valorizadas etc. De alguma forma, essa pessoa precisa ser reconhecida dentro do universo de bacharéis em Direito. Localizamos um elemento que nos sugere uma resposta para essa seleção.

Indagamos os procuradores de justiça sobre como se recrutar uma pessoa para assessor e verificamos a recorrência do que categorizamos como “confiança”. Verificamos existir uma estreita relação entre “ser visto” (reconhecido por seus atributos) em posições específicas e “confiança” (o reconhecimento).

---

<sup>52</sup> Em resposta ao questionário, 33% deles disseram que aguardaram como voluntário até a nomeação para o cargo. Isso quer dizer que atuaram enquanto assessores jurídicos sem remuneração, à espera de uma oportunidade.

**Tabela 09: categorização de “confiança” através das entrevistas com recrutadores**

Confiança	Assegurar-se		Incumbir-se		Comunicar-se	
	(Pessoal) Ter confiança em alguém:  <i>origem</i>		(Pessoal) Encarregar-se de uma tarefa:  <i>autonomia</i>		(Pessoal) Expressar-se:  <i>urbanidade</i>	
	(Trabalho) Ter confiança em alguém:  <i>prática</i>  <i>conhecimento</i>		(Trabalho) Desincumbir-se de uma tarefa:  <i>prática</i>  <i>conhecimento</i>		(Trabalho) Expressar-se:  <i>conhecimento</i>  <i>prática</i>	

Elaboração própria

Examinamos essa confiança, enquanto: “assegurar-se” (que se refere mais a um estado próprio do recrutador), “incumbir-se” e “comunicar-se” (esses dois últimos imbricados mais na projeção que se faz do outro observado). Subdividimos em “pessoal” e “trabalho” por se tratar de atributos de ordem pessoal e profissional.

Encontramos uma inter-relação entre essas dimensões para se alcançar a “confiança” que identificamos, pois, para os procuradores de justiça entrevistados:

*a) ter confiança em alguém a ponto de ser por ele assessorado implica conhecer a trajetória pessoal, escolar e profissional dessa pessoa (origem).*

E isso foi categorizado enquanto “assegurar-se” destacando um estado de espírito devido à problemática de se qualificar “segurança” ou mesmo o que seja “segurança”.

Assim, pelo que percebemos no caso estudado, “confiança” seria aquela sensação de garantia, infalibilidade, ao ponto de aceitar que a pessoa lide com os processos, formule pareceres, leia emails, faça parte das rotinas institucionais, com privacidade, com sigilo. Para tanto, foi-nos relatada a necessidade de se saber a origem dessa pessoa (assegurar-se).

*b) ter confiança numa pessoa a ponto de ser por ele assessorado implica em reconhecer-lhe autonomia.*

Iniciativa e conhecimento técnico são fundamentais para o desempenho das atribuições a serem designadas, até para não se confiar a alguém a resolução de uma tarefa que ela não terá condição de cumprir em tempo hábil e/ou em desacordo com a orientação que recebera (incumbir-se).

*c) ter confiança numa pessoa a ponto de ser por ele assessorado implica em reconhecer-se a si próprio.*

Ainda, a pessoa precisa representar bem a instituição<sup>53</sup>, atendendo a todos com urbanidade, expressando-se de acordo com a língua portuguesa culta e orientando as soluções jurídicas dos casos que tiver em mãos de acordo com as categorias técnicas mais modernas utilizadas pela “doutrina” e pela “jurisprudência” (expressar-se).

A todo momento, conhecimento técnico e experiência eram mencionados nas entrevistas como atributos mínimos de um assessor, assim como um “elemento humano” era citado no sentido de que o “perfil ideal de assessor” seria aquele de maior compromisso social<sup>54</sup>.

A posição onde ocorrerá essa interação que importa no reconhecimento dos “atributos de ordem prática exigidos” pelo recrutador está ligado à dimensão das atividades cotidianas no interior da instituição.

### **3.2.6 DA VIDA NAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA**

O papel principal dos assessores jurídicos é auxiliar os membros do MP no exercício das atividades da instituição. As atividades diárias dos assessores jurídicos

---

<sup>53</sup> Esse zelo pela instituição é marcante em todas as entrevistas com os procuradores de justiça, evidente pela preocupação com as condições atuais do Ministério Público, principalmente do elemento humano que o compõe e como o Ministério Público precisa ser reconhecido pela sociedade. Veja-se que o plano de “Gestão Estratégica do MP-PR: construindo o futuro do MP” (GEMPAR-2018) inclui “ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Disponível ao público em: [http://www.mp.pr.gov.br/arquivos/File/subplan/plano\\_estrategico\\_mppr.pdf](http://www.mp.pr.gov.br/arquivos/File/subplan/plano_estrategico_mppr.pdf)

<sup>54</sup> A atual gestão do MP-PR mostrou-se bastante atenta para o perfil dos assessores e dos promotores de justiça que chegam aos quadros do MP-PR. Sempre nos foi mencionada a necessidade de aperfeiçoamento pessoal e da interdisciplinaridade do direito com outros ramos do conhecimento das Humanidades, como a Sociologia e a História, e do rompimento de uma visão jurídico estreita à técnica, o que pode ter a ver com a receptividade da nossa pesquisa pela cúpula institucional.

das Procuradorias de Justiça do MP-PR dependem da designação que recebem da respectiva chefia, no nosso caso, do procurador de justiça a que auxilia diretamente.

O assessores devem cumprir uma jornada diária de oito horas de trabalho, sendo controlados por um ponto eletrônico que batem todos os dias, na entrada, na saída para o almoço, na chegada do almoço e na saída do MP-PR. Logo ao iniciar as atividades, recebem uma senha e um e-mail institucional. Com esse *login* e senha eles batem o ponto e acessam, de qualquer computador, dentro e fora da instituição, o banco de dados do Ministério Público que trata dos assuntos de interesse comum.

Há poucos casos em que as atividades dos assessores são limitadas aos serviços de secretaria, recepção, atendimento ao público, controle de processos e de material do Gabinete. Contudo, em sendo assim, aos assessores incumbe manter atualizada a agenda de compromissos do procurador, atender ligações e informar o andamento dos autos de processos ao público interessado de dentro ou fora da instituição, controlar os autos que chegam e saem do Gabinete, mantendo arquivo com número, espécie, data de entrada e saída dos mesmos autos, solicitar à administração do Ministério Público o material utilizado no Gabinete, como, por exemplo, o papel timbrado em que são impressos os pareceres, em síntese: zelar pelo patrimônio e pleno funcionamento do Gabinete em que está lotado o procurador de justiça.

Toda semana é feita uma distribuição de carga de autos de processo de matéria criminal ou civil para manifestação dos procuradores de justiça de cada Procuradoria de Justiça. A quantidade de autos distribuídos recebe o nome de “carga de autos”, que varia conforme a matéria e a Procuradoria, seja ela Criminal ou Cível. Desse modo, feita a distribuição interna dos autos de processos, uma determinada carga é direcionada ao Gabinete em que atua o procurador e seu assessor. Recebida a carga no Gabinete, há diversas situações que observamos a partir de então. Destacamos aquelas mais corriqueiras.

Normalmente, os procuradores dirigem parte da carga dos autos aos seus assessores para que sejam auxiliados na elaboração dos seus pronunciamentos. Isso se deve, principalmente, à crescente demanda de trabalho que chega para manifestação do Ministério Público em segundo grau. Devido à quantidade e complexidade de autos de processos que são distribuídos para os procuradores de justiça semanalmente, caso não houvesse quem os auxiliasse nessas atividades, a

instituição não daria conta de cumprir com os prazos estabelecidos em lei<sup>55</sup> e, certamente, a sobrecarga de trabalho atingiria a produção dos pareceres em termos quantitativos e qualitativos, com reflexos em cadeia nos demais órgãos do sistema de justiça. Por isso, na maioria dos casos, as atividades de secretaria, recepção, atendimento ao público, controle de processos e de material do Gabinete feitas pelos DAS-4 cumulam-se com as de promover uma triagem dos autos em relação à matéria e peculiaridade do assunto, e indicar um caminho para atuação ao procurador.

Corrobora com nossa observação a resposta dada pelos DAS-4 a respeito das atividades na Procuradoria de Justiça: 92% dos assessores responderam que atuam na elaboração de pareceres, sendo que 80% destes o fazem acima de seis pareceres por semana. E Isso significa, em termos quantitativos, que os assessores se incumbem de analisar no mínimo 50% da “carga dos autos” direcionada para seu chefe. Quando a situação é essa, os assessores, conforme o nível de atuação e complexidade dos autos, em geral: (i) fazem uma triagem de todos os autos, constatando as suas particularidades; (ii) diante da eventual complexidade, promovem pesquisas de jurisprudência e literária sobre o assunto e, portanto, auxiliam o procurador com informações de precedentes e de como a literatura especializada vê o assunto; (iii) aduzem ao procurador, verbalmente, do que trata cada encarte e extraem a opinião da chefia; (iv) elaboram um relatório circunstanciado do assunto versado nos autos e informam o procurador do que se trata; (v) elaboram um pronunciamento a ser convalidado pelo procurador.

O assessor pode sugerir ao procurador o passo processual a ser tomado desde a prática (i), dependendo do tipo de relação estabelecida entre procurador e assessor. Essa relação entre os dois agentes varia de caso a caso dentro da instituição e ela é importante para determinar a autonomia do assessor no exercício de todas as suas atividades no Gabinete. De uma maneira geral, o assessor tem conhecimento de como o procurador avalia determinados casos a ele submetidos para apreciação e qual a providência que costuma tomar nos autos, até porque o Ministério Público tem um banco de dados com milhares de pareceres de muitos procuradores de justiça e o próprio procurador costuma armazenar os seus, e os assessores podem acessar e descobrir como atuam os procuradores e a própria

---

<sup>55</sup> Com destaque para os prazos dos autos de processos criminais com réus presos, em que o prazo é exíguo para manifestação.

chefia a respeito de determinadas matérias. Assim, apenas casos específicos exigem do assessor que se detenha na atividade (ii) mencionada.

Destarte, observamos que os assessores procuram manter ao máximo o entendimento do procurador ao qual auxilia, acessando o banco de dados e adequando o trabalho que têm em mãos aos “modelos” constantes do arquivo digital da sua chefia respectiva. Esses “modelos” de casos anteriores servem ao assessor para indicar como pensa e age o procurador em determinado tipo de situação concreta e teórica. Aliás, a adequação a esses modelos é fundamental para manter a coerência nas decisões e a celeridade das manifestações da Procuradoria de Justiça<sup>56</sup>.

Além disso, as Procuradorias podem contar com estagiários de graduação em Direito, selecionados em etapas semelhantes às de um concurso, tais como publicação de edital próprio, inscrição dos interessados, prova não identificada de avaliação de conhecimentos e, às vezes, por último, entrevista pessoal<sup>57</sup>.

A rotina desses estagiários costuma ser resumida às atividades de secretaria e àquelas (i) e (ii) acima descritas, em meio período de expediente. Ainda que a relação dos estagiários nem sempre seja direta com o procurador, já que suas atividades na Procuradoria são supervisionadas e intercedidas pelos assessores, embora o estagiário não seja subordinado ao assessor formalmente, importante frisar que essas atividades dos estagiários são vistas na instituição como introdutórias, por seu caráter “formativo”, e que resultam por isso na assunção de práticas de menor responsabilidade. Mesmo assim, averiguamos que as práticas (i) e (ii) possibilitam ao estagiário o contato direto com a experiência da Procuradoria, com destaque para as principais atividades cotidianas. Esses estagiários já passam a se orientar: de acordo com a atuação do procurador e do assessor; como se estabelece a relação de convivência entre procurador x assessor, procurador x assessor e demais membros da instituição, Procurador x assessor e o público em geral<sup>58</sup>.

Além do mais, notamos que a condição de assessor DAS-4 é mantida pela adequação da conduta do assessor ao que faz e pensa o procurador que auxilia.

---

<sup>56</sup> O princípio mais determinante da previsibilidade e constância das decisões não é, segundo Bourdieu, o postulado da *stare decisis*, mas a homogeneidade dos *habitus* dos agentes jurídicos, homogeneidade produzida por uma socialização comum (na família, na escola de Direito e nas profissões jurídicas).

<sup>57</sup> Ver: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional em: [www.ceaf.mp.pr.gov.br](http://www.ceaf.mp.pr.gov.br)

<sup>58</sup> Um claro momento constitutivo do *habitus*.

Muitas vezes, os DAS-4 nos pareciam orientar-se exatamente como se estabelece a percepção do procurador quanto às relações: do procurador com outros assessores, com membros da instituição e indivíduos fora dela, assim como os servidores do MP em geral (urbanidade), sem falar na forma de atuar nos autos de processo.

Por isso, o estágio na instituição nessas posições superiores representa uma importante etapa de socialização/aprendizado. A forma como o estagiário assimila a vida diária do Gabinete tem relação direta com o seu recrutamento num futuro não distante para o cargo de assessor DAS-4. Depois, a manutenção dessa posição exigirá dele uma constante “atualização” dessas exigências institucionais. Tanto é assim que, imediatamente antes de se tornarem assessores do MP-PR, 63% dos questionados nos disseram que realizavam estágio no próprio MP-PR e 8% eram assessores noutros órgãos do sistema de justiça, como no TJ-PR. Ademais, perguntados se exerceram estágio no MP-PR em algum momento, aproximadamente 77% disseram que sim, sendo que 39,7% nas Procuradorias de Justiça e 37% nas Promotorias de Justiça. Portanto, é grande o número de assessores que conhecia a realidade de funcionamento do MP e de outros ramos jurídicos da burocracia do Estado antes de ser nomeado DAS-4.

#### 4. À GUISA DE UMA CONCLUSÃO

Rejeitamos, de saída, a ideia de que *qualquer* interessado, graduado em Direito, alcance a posição de assessor jurídico das Procuradorias de Justiça do MP-PR e se mantenha nessa posição, porquanto existe um *tipo de pessoa*, ao mesmo tempo exigida e produzida pela instituição, para atuar junto à sua cúpula.

Para descrevermos o nosso *tipo de pessoa* encontrado e compreendermos o seu recrutamento pela instituição, devemos ter em mente a relação que se estabelece entre alguns de seus atributos herdados e adquiridos com as suas práticas no interior da instituição e com os requisitos dos recrutadores.

Sem dúvida, há muitas questões abertas por nós e que, infelizmente, não podem ser fechadas devido aos limites do trabalho e de seu autor nesse momento. Todavia, um dos principais ganhos analíticos do estudo na forma que desenvolvemos foi equacionar as informações sobre recrutadores e recrutados. Graças à conjugação das pesquisas quantitativa e qualitativa por um lado obtivemos um mapeamento momentâneo do quadro dos assessores jurídicos das Procuradorias de Justiça e, por outro, as entrevistas em profundidade e a observação das práticas institucionais das Procuradorias de Justiça nos forneceram uma riqueza de elementos surpreendente a nos conduzir na interpretação do conjunto dos dados.

O recrutamento desses assessores se mostrou dependente de uma cadeia de variáveis de ordem social, profissional e comportamental dos agentes envolvidos que só um olhar mais de perto poderia detectar. No caminhar da pesquisa, descobrimos que essa forma de recrutamento está diretamente associada ao funcionamento da instituição. Com isso, percebemos que nosso foco tinha que se ater ao mundo das práticas institucionais, a fim de entender as conexões que se estabelecem entre um dado *tipo de pessoa* exigido e produzido pela instituição<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> No caso da pesquisa de Maria Celina D'Araujo (2009), de maneira geral, seu estudo revelou um grupo de pessoas que ascendeu socialmente em relação a seus pais, evidenciando as grandes possibilidades de mobilidade na sociedade brasileira. Não obstante, constatou que a composição sexista (presença de homens) e étnica (brancos) desse grupo, bem como sua extração regional (Sudeste), conclui a autora, expressaria as gritantes desigualdades do país. O grupo de dirigentes públicos examinado por Maria Celina mostrou-se altamente escolarizado e majoritariamente composto por funcionários de carreira, relativamente jovem, em torno dos 50 anos, e altamente engajado em várias frentes de participação (práticas associativas e com a política partidária), com expressiva presença de sindicalizados (2009). Nós tomamos as práticas de nossos agentes e sua



Muito embora salte aos olhos a constatação da presença massiva de mulheres, paranaenses, brancas, católicas e solteiras, cuja média de idade é de aproximadamente 30 anos, o nosso *agente* encontrado não se esgota nesses atributos pessoais. Em que pese a importância da verificação destes mesmos atributos pessoais, eles representam um quadro estático se encarados de maneira dissociada dos outros dados e da observação de suas práticas institucionais.

O *tipo de pessoa* que identificamos reúne atributos adquiridos pela passagem por posições específicas de socialização/aprendizado, tal como IES privadas com sede na capital do Estado e pelo próprio MP-PR, portanto, onde, provavelmente, assimilam um modo de ser e de agir ao mesmo tempo exigido e produzido pela instituição. E mais, a manutenção da condição desse assessor jurídico nos parece associada a como essa pessoa se orienta conforme as expectativas que lhes são projetadas desde o seu recrutamento. Com isso, queremos ressaltar um componente institucional e um racional identificados na nossa pesquisa.

Embora o recrutamento dos assessores DAS-4 caiba ao procurador de justiça, com ampla liberdade de contratação, pois, como dito, os indivíduos que responderam nosso questionário são servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei, sujeitos à livre nomeação e exoneração pelo procurador de justiça correspondente, o quadro geral dos DAS-4 é bastante homogêneo em termos de origem e trajetória social, escolar e profissional, inclusive no seu modo de agir. *Como pessoas recrutadas “aleatoriamente” podem reunir atributos tão semelhantes?* Seria mera casualidade? Assim também casual a completa ausência de servidores concursados nessa posição?

Os DAS-4 seguem duas lógicas, a da iniciativa privada e a do serviço público, porquanto são nomeados e podem ser dispensados a qualquer momento, ao passo que devem se orientar pelos estatutos que regem a burocracia do Estado, afinal são equiparados a servidores públicos inclusive para fins criminais. Não gozam da

---

convivência – socialização - no interior da instituição como fator fundamental para o seu recrutamento e manutenção no quadro do MP-PR, porquanto, para atuar no MP-PR, os DAS-4 precisam deter um mínimo de conhecimento técnico-jurídico e se portar de *tal modo* para atender às necessidades institucionais. Isso só foi possível identificando convivendo no interior da instituição, o que nos reforça a ideia de que um estudo que queira avançar além da mera descrição de perfil desses agentes precisa de um viés qualitativo etnográfico. Lamentavelmente, não é possível tecer maiores comparações entre os dois estudos no momento, em vista do objeto de cada pesquisa: um grupo eminentemente politizado e fluido em termos de vinculações (D'ARAUJO, 2009) e o nosso, objeto desta dissertação, predominantemente técnico especializado, bastante vinculado ao seu recrutamento em termos instrumentais e comportamentais ligados à prática.

estabilidade dos servidores efetivos e devem se submeter à lógica cruel do receio da dispensa. Essa divisão do trabalho pode ser a chave para compreender como são recrutados e se mantêm no cargo e o que isso tem a ver com o funcionamento da instituição, ao menos em sua cúpula. A isso nos parece ligada a sua consciência da necessária atualização técnica e da busca por um futuro melhor (estabilidade).

Assim, diante do número de 80% de retorno de questionários respondidos e da observação das atividades exercidas na posição que estudamos, ousamos dizer que, ao mesmo tempo, a instituição exige um certo indivíduo que reúne atributos de ordem técnica, comportamental e prática, porque precisa dele, e contribui para produzi-lo, pois o principal estrato de recrutamento dos DAS-4 encontra-se entre aqueles que, em algum momento recente, passaram pela instituição enquanto ex-estagiários de graduação e pós-graduação e assessores voluntários<sup>60</sup>.

Destarte, sobrevieram indícios plausíveis de que esses assessores DAS-4 se orientam estrategicamente, maximizando as possibilidades de manutenção dessa mesma posição que ocupam, tanto pela principal motivação que nos foi revelada por eles para ingressar e permanecer nessa condição de assessor (financeira), quanto à busca de ingresso nas principais carreiras do universo jurídico estadual. Portanto, a posição de assessor nos parece como “meio caminho” até a aprovação num concurso público na maioria dos casos. Ou seja, para ser capaz de traçar estratégias de carreira, o agente precisa antes ser possuidor de atributos adequados à instituição. Dito de outra forma: estratégias de maximização só são viáveis se estiverem amparadas por recursos e disposições condizentes com os objetivos definidos como legítimos pelo campo em questão. E falamos aqui do processo social de formação de preferências, no caso, profissionais.

Nesse cenário, percebemos que uma das preocupações dos DAS-4 é a de se manterem “capacitados” tecnicamente, mas não em virtude do exercício das atividades do cargo, embora este seja o resultado pela via oblíqua. Eles nos demonstraram certa consciência de que precisam ser reconhecidos de uma maneira em que a representação a seu respeito deva incluir uma “*pessoa capaz de atender às expectativas que lhes sejam dirigidas*”. Entre as principais expectativas, está a sua competência nas atividades diárias nas Procuradorias de Justiça.

---

<sup>60</sup> 45% dos respondentes disseram que já trabalharam à disposição de outro Procurador, sendo que 25% não vê qualquer dificuldade em estar à disposição ao passo que 28% vêm dificuldade nessa situação, que dentre as mais citadas a “adaptação” aparece em primeiro lugar (20% dos que reconhecem dificuldade)

Por isso, um dos principais momentos de socialização/aprendizagem e reconhecimento dos potenciais assessores ocorre no interior da instituição, já que é na dimensão das práticas institucionais, de vital importância para o funcionamento das Procuradorias de Justiça, que todos esses atributos são reconhecidos permanentemente.

Com efeito, há motivos para se cogitar de uma predileção dos assessores oriundos das instituições de ensino que privilegiam uma “formação eminentemente prática”, apesar de que não nos tenha sido possível avançar nesse ponto. Os assessores DAS-4 têm consciência da valorização da prática pelos procuradores, afinal, *“ninguém quer um assessor que não saiba fazer o trabalho da Procuradoria”* (disse-nos um assessor). E do assessor é exigido que, além de saber o que fazer, faça-o, mas o faça não para si, porque precisa atender a expectativa de quem quer ver o trabalho pronto como se ele próprio tivesse feito.

A maturidade (autonomia) do assessor é relacionada à sua capacidade de caminhar sozinho por todas as etapas mencionadas em sua rotina e concluir sua atuação de forma que o resultado da atividade do assessor seja o que o próprio procurador faria se de fato tivesse feito, desde o atendimento de um simples telefonema, até o mais complexo parecer jurídico. Então, ficamos diante de um paradoxo, pois o assessor deve ser autônomo no sentido de fazer o que tem que ser feito sozinho, mas não no sentido de elaborar pareceres de acordo com a sua consciência. Autonomia, por um lado; submissão, por outro. A autonomia reside na competência; a submissão reside não relação com o procurador, essencial para a sua socialização no trabalho.

Ora, o conhecimento técnico adquirido durante a graduação e a pós-graduação somado ao constante aprimoramento para concurso público pode dar ao DAS-4 a qualificação e preparação para exercer suas atividades, mas desde que as faça em sintonia com quem as presta. Simplificamos: quanto mais o assessor exercer as suas atividades dentro dos parâmetros de ação do procurador, maiores as chances de se manter no cargo e, caso necessário, ser indicado para outro procurador. Nessa esteira, se o estagiário também assimilar essa postura, maiores as suas chances de receber um convite para trabalhar nas Procuradorias de Justiça, tornando-se um “potencial” DAS-4. Percebemos que tudo isso exige desses agentes uma constante “atualização” acerca das regras de comportamento e das exigências institucionais.

Cada Gabinete nos pareceu como um mundo a parte, alguns com suas próprias regras de modos de agir e de pensar, porque ali a figura preponderante é a do procurador de justiça, *mas todos inseridos no contexto da demanda institucional, de onde se irradiam as orientações de comportamento e de trabalho, delimitando o espaço de atuação do assessor nos serviços do Gabinete, nos autos e nas relações que se estabelecem na instituição e fora dela*. Independentemente de qual seja a solução e grau de atuação do assessor nos autos e no Gabinete, a atividade dos DAS-4 é invisível aos olhos do público em geral já que o seu exercício intelectual materializado é “feito para o procurador de justiça”. Todas as manifestações dos procuradores, mesmo que contando com a ajuda dos assessores DAS-4, levam apenas a rubrica da chefia, e assim o mundo vê o resultado do funcionamento das Procuradorias.

No geral, o assessor DAS-4 precisa mostrar-se uma extensão do procurador com que trabalha, um *longa manus*, consciente, visando atender às exigências institucionais e a seus próprios interesses, e isso faz com que a instituição, ao menos em sua cúpula, funcione com os recursos pessoais de que dispõe e reproduza-se indefinidamente.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, José Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 5ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1963.
- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **Capitais herdados e capitais adquiridos**: a dinâmica sociopolítica de produção das elites jurídicas. Anais do 7º Encontro da ABCP. Área temática Política, Direito e Judiciário. Recife, 2010.
- ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 14, n. 39, fev./1999, pp. 83-102.
- \_\_\_\_\_. **Ministério Público e política no Brasil**. São Paulo: Educ-Sumaré, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política. *In: Justitia*, v. 197, 2007, p. 325-335 (ver: Scielo).
- ARANTES, Rogério Bastos; NUNES, Fábio Kerche. Judiciário e Democracia no Brasil. *In: Novos Estudos – CEBRAP*. Nº 58. São Paulo, 1999.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Trad. de Guilherme Cezarino. 3ª reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, pp. 57-76.
- BLONDEL, Jean; MULLER-ROMMEL, Ferdinand. Political Elites. *In: The Oxford Handbook of “Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e política no mundo do direito**: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado. São Carlos: EdUFSCar/Sumaré, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. *In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1989].
- \_\_\_\_\_. Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. *In: WACQUANT, Loïc (org). O Mistério do Ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 41-69.
- \_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_**Questões de Sociologia.** Trad. Jeni Vaitsman, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_**O senso prático.** Trad. Maria Ferreira, Petrópolis-RJ, Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008, pp. 158-206.

BURAWOY, Michael. Os intelectuais e seus públicos: Bourdieu herda Wright Mills. *In: O marxismo encontra Bourdieu.* Trad. de Fernando Rogério Jardim. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp. 159-176.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003, pp. 11-42.

CODATO, Adriano Nervo. PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Marxismo como ciência social.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

CZUDNOWSKI, Morshe M. Political recruitment. *In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (orgs.). Micropolitical Theory.* Vol. 2. Addison-Wesley Publishing Company, 1975, pp. 155-242.

DAHL, R. **Who Governs?** New Haven: Yale University Press, 1961.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A elite dirigente do governo Lula.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2009, 140p.

ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico:** juristas e usos do direito. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2006, pp. 11-26.

\_\_\_\_\_**Abogados de negocios" y la Rule of Law en Brasil (1990-2000)** *In: Dossie "Derecho, Justicia y Política" Revista de Ciência Política un del Chile*, vol 49, n. 1, 2011, pp. 21-41.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

GARCIA, Emerson. **Ministério Público:** organização, atribuições e regime jurídico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GERTH, Hans; MILLS, Charles Wright. **Caráter e Estrutura Social:** a psicologia das instituições sociais. Trad. de Zwinglio Dias. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1973.

GIDDENS, Anthony. Preface. Elites in the British Class Structure. *In: P. Stanworth e A. Giddens (eds.). Elites and Power in British Society.* Cambridge, Cambridge University Press, 1974, pp. ix-xiii e 1-21.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KELLE, Udo. Sociological Explanation between Micro and Macro and the Integration of Qualitative and Quantitative Methods. *In: Forum: qualitative social research*. V. 2, 2001.

LATOUR, Bruno. **La Fabrique du Droit**. Une Ethnographie du Conseil d'État. Paris: La Découverte, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCHESE, Fabrizio. **A crise do ensino jurídico no Brasil e as possíveis contribuições da educação geral**. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Educação da Unicamp, 2006, 259 p. Disponível no sistema *on line* de bibliotecas da Unicamp em: [www.sbu.unicamp.br/](http://www.sbu.unicamp.br/).

MEDEIROS, Pedro L. **A vocação dos bacharéis**: escolaridade e classe dirigente no Paraná (1995-2006). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP), Universidade Federal do Paraná, 2011, 99 p.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. 4<sup>a</sup> ed. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MOREIRA, Luiz; MACHADO, Bruno Amaral. Modelos de Ministério Público: organização, estrutura e controle. *In: Modelos de Ministério Público. Revista do CNMP*. N. 01, Brasília, 2011.

MOSCA, Gaetano. "El método en La ciência política". *In: La classe política*. 1<sup>a</sup> parte. Trad. de Marcos Lara. México, Fondo de Cultura Económica, 1992 [versão resumida por Norberto Bobbio], cap. 1, pp. 43-212.

NUNES, Fábio J. Kerche. **O Ministério Público e a Constituinte de 1987-1988**. Dissertação de mestrado, Dept. de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Ministério Público no Brasil**: autonomia, organização e atribuições. Tese de doutorado, Dept. de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil. *In: Dados*. vol. 50, n.2, 2007, pp. 259-279.

OLABUENÁGA, José Ignacio Ruiz. **Metodología de la investigación cualitativa**. 2ª ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Ibpx, 2009.

\_\_\_\_\_. Vocação inata e recursos sócio-culturais: o caso dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná. In: **Direito, Estado e Sociedade**, v. 31. 2007, p. 175-199.

PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano N.. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. N  2. Brasília, 2009, pp. 243-270.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MEDEIROS, Pedro Leonardo K., WOWK, Rafael T.. Valores, socialização e comportamento: sugestões para uma sociologia da elite judiciária. **Revista de Sociologia e Política** [online]. Curitiba, 2008, vol.16, n.30, pp. 151-165. Disponível no sistema scielo.

SADEK, Maria Tereza (org.). **O judiciário em debate**. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Uma introdução ao estudo da justiça**. São Paulo: Sumaré/Ford, 1995b.

\_\_\_\_\_. **O Ministério Público e a Justiça no Brasil**. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1997.

\_\_\_\_\_. Cidadania e Ministério Público. In: SADEK, Maria Tereza (org.) **Justiça e cidadania no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2000.

\_\_\_\_\_. Poder Judiciário: perspectivas de reforma. **Opinião Publica** [online]. 2004a, vol.10, n.1, pp. 01-62. ISSN 0104-6276, disponível no sistema Scielo.

\_\_\_\_\_. Judiciário: mudanças e reformas. In: **Estudos avançados**. 18 (51). São Paulo, 2004b, pp. 79-101.

\_\_\_\_\_. **Magistrados**: uma imagem em movimento. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **O sistema de Justiça**. Biblioteca virtual de ciências humanas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SADEK, Maria Tereza; ARANTES, Rogério Bastos. A crise do Judiciário e a visão dos juízes. In: **Revista USP**, São Paulo, USP, 1994.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 7  ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.



VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. Dezessete anos de judicialização da política. *In: Tempo Social*. Vol. 19, nº 2. São Paulo, 2007, pp. 39-85, disponível no sistema Scielo.

VIEGAS, Rafael R.; MONGELOS, Silvia A. A.; PERISSINOTTO, Renato M. Autopercepção e controle externo: o caso do Tribunal de Justiça do Paraná. *In: Anais do 35º Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu-MG, 2011.

## 5.1 SITES CONSULTADOS E MENCIONADOS NO TEXTO

### **CEAF-MP-PR**

[www.ceaf.mp.pr.gov.br](http://www.ceaf.mp.pr.gov.br)

### **Defensoria Pública do Estado do Paraná**

<http://www.defensoriapublica.pr.gov.br>

### **Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:**

<http://www.alep.pr.gov.br/>

### **Ministério da Educação**

[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

### **Ministério Público do Estado do Paraná:**

<http://www.mp.pr.gov.br/>

### **Ministério Público da União:**

<http://www.mpu.gov.br/>

### **Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR (NUSP):**

[www.humanas.ufpr.br/portal/nusp/](http://www.humanas.ufpr.br/portal/nusp/)

### **Ordem dos Advogados do Brasil**

[www.oab.org.br](http://www.oab.org.br)

### **Plano Estratégico do MP-PR**

[http://www.mp.pr.gov.br/arquivos/File/subplan/plano\\_estrategico\\_mppr.pdf](http://www.mp.pr.gov.br/arquivos/File/subplan/plano_estrategico_mppr.pdf)

## **5.2 LEGISLAÇÃO**

Lei Estadual nº 11.455/1996 – assessor efetivo

Lei Complementar Estadual nº 85/99 – Lei Orgânica do MP-PR

Constituição Federal – artigos 127 a 130-A;

Lei Complementar Federal nº 75/93;

Lei Federal nº 8.625/93 (LONMP);

Constituição Estadual – artigos 114/122;

Lei Complementar Estadual nº 117/2007 (Ouvidoria do MP-PR)

Lei Complementar Estadual nº 122/2008.

## ANEXO

### QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSESSORES DAS PROCURADORIAS DO MP-PR

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (MESTRADO)

##### EXPLICAÇÕES INICIAIS

A aplicação deste questionário faz parte de uma pesquisa sobre os(as) Assessores(as) Jurídicos(as) dos(as) Procuradores(as) de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR), realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, e executada por mim, aluno do Programa de Mestrado em Ciência Política da mesma Universidade. Gostaria de chamar a atenção do(a) senhor(a) para alguns pontos importantes:

1. O meu trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Conta, portanto, com apoio público porque teve o seu mérito acadêmico reconhecido.
2. Os dados coletados com este questionário servirão para melhor conhecer os(as) Assessores Jurídicos(as) das Procuradorias do MP-PR e conta com autorização de execução pela Procuradoria-Geral de Justiça do MP-PR.
3. Os dados serão utilizados, **exclusivamente**, com fins científicos e **jamais serão apresentados de forma individualizada**, mas apenas agregada. Nesse sentido, garanto ao(a) sr.(a) que **o seu nome jamais será mencionado em qualquer publicação que resulte desse meu trabalho**, por isso, não é preciso identificar-se no questionário. Essa mesma versão foi distribuída para todos(as) os(as) Assessores(as).
4. **A sua participação será fundamental para a conclusão da pesquisa, portanto, desde já agradeço a gentileza de colaborar com a ampliação do conhecimento acerca da instituição MP-PR.**

Ainda, gostaria de dizer que me encontro no Gabinete n. 02, 3º andar, edifício Sede.  
Meu e-mail é: [viegas.r.r@gmail.com](mailto:viegas.r.r@gmail.com)

Att.,

Rafael Rodrigues Viegas

Informação para o preenchimento: **indique o número correspondente à resposta no espaço vazio entre colchetes ou preencha por extenso, se for o caso.**

INFORMAÇÕES INICIAIS
----------------------

SEXO: 1. Masculino

2. Feminino

☐

1 – Em que cidade e Estado o(a) sr.(a) nasceu?

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

PRIMEIRO BLOCO – DADOS PESSOAIS
---------------------------------

Neste primeiro bloco, gostaria de saber algumas informações que me ajudarão a melhor caracterizar os(as) Assessores(as) Jurídicos(as) dos Procuradores de Justiça do MP-PR, tendo em vista alguns dos seus atributos pessoais.

P1 – O(a) Sr.(a) poderia me informar a sua data de nascimento (dd/mm/aaaa)?

=====→ -----/-----/-----

P2 - Utilizando os critérios do IBGE, o(a) sr.(a). poderia me informar qual é a sua cor ou raça? **(NÃO LER AS ALTERNATIVAS).**

1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela 5. Indígena 88. Não Sabe (NS)

99. Nenhuma das Respostas (NR)

☐

P3 - **(ANEXO 1)** Por favor, o(a) sr.(a). poderia dizer qual é a sua religião, se for o caso.

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

P4 – O estado civil do(a) sr.(a) é:

1. casado 2. união estável 3. solteiro 4. separado (de fato ou judicialmente) 5. Divorciado 6. Viúvo 99. NR ☐

SEGUNDO BLOCO – ORIGEM SOCIAL
-------------------------------

Neste segundo bloco, farei ao(a) senhor(a) algumas perguntas sobre a sua origem familiar. Elas me ajudarão a mapear com precisão a origem social dos(as) Assessores(as) das Procuradorias de Justiça do Ministério Público paranaense.

S1 – O seu **PAI** exerceu alguma atividade jurídica ao longo da vida?

1. Sim 2. Não ☐

S2 – **(SÓ PARA QUEM RESPONDEU “SIM” NA ANTERIOR)** Por favor, qual(is) atividade(s) jurídica(s) seu **PAI** exerceu ao longo da vida:

---

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

---

S3 – O(a) sr.(a) poderia me dizer se a sua **MÃE** exerceu alguma atividade jurídica ao longo da vida?

1. Sim    2. Não    [    ]

---

S4 – **(SÓ PARA QUEM RESPONDEU “SIM” NA ANTERIOR)** Por favor, qual(is) atividade(s) jurídica(s) sua **MÃE** exerceu ao longo da vida:

---

---

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

---

S5 – Houve, por parte de seus pais ou de qualquer outro familiar, um incentivo explícito e frequente para que o(a) sr.(a) seguisse carreira jurídica?

1. Sim    2. Não    [    ]

---

S6 – Observando as alternativas presentes neste anexo, o(a) sr. (a) poderia dizer quais foram, por ordem de importância, as três razões que o(a) levaram a ser Assessor(a) da Procuradoria de Justiça:

Qual(ais)?

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

---

S7 – Se for sua pretensão, pretende realizar concurso para qual carreira jurídica? (máx. três):

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

---

S8 – Gostaria de saber de que forma o(a) sr.(a) ingressou como Assessor(a) na Procuradoria de Justiça do Ministério Público do Paraná:

1. Concurso    2. Comissionado    3. Voluntário    4. Designação    [    ]

---

S9 – Antes de se tornar Assessor(a), qual atividade exercia (estágio, advocacia etc)?

---

---

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

---

S10 – Antes de se tornar Assessor(a), chegou a exercer estágio no Ministério Público? Ainda, caso seja sim a sua resposta, em que Órgão do MP?

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)****TERCEIRO BLOCO – TRAJETÓRIA ESCOLAR**

Neste bloco, pretendo registrar da forma mais precisa possível a trajetória escolar dos(as) Assessores(as) dos Procuradores de Justiça do Ministério Público do Paraná. Essas informações são importantes para que eu possa caracterizar o capital escolar necessário para se chegar à assessoria da Procuradoria de Justiça.

E1 - Em qual instituição de ensino superior o(a) sr.(a) se graduou em Direito?

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA CODIFICAÇÃO POSTERIOR)**

E2 – Por favor, dentre as alternativas, indique a razão pela qual o(a) sr.(a) optou pelo curso de Direito nesta instituição

1. principalmente pelo renome do curso de direito desta instituição ☐
2. principalmente pela qualidade do ensino de direito ali ministrado
3. Esta instituição não foi minha primeira opção
4. Por outra razão. Qual? \_\_\_\_\_

88. NS

E3 – Em que ano o(a) sr.(a) concluiu o curso de Direito?

=====→ \_\_\_\_\_

E4 – Em que turno o(a) sr.(a) frequentou a graduação?

1. Diurno    2. Noturno    3. Ambos ☐

E5 – O(a) sr.(a) fez algum tipo de pós-graduação? Se sim, qual?

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA CODIFICAÇÃO POSTERIOR)**

E6 – **(APENAS PARA QUEM CURSOU PÓS-GRADUAÇÃO)** Em qual instituição o(a) sr.(a) cursou a pós-graduação?

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

E7 – **(ANEXO 13)** Olhando as alternativas deste anexo e levando em conta o seu curso de graduação em Direito, qual das duas proposições melhor qualificaria o tipo de formação que lhe foi ministrada:

☐

1. Foi uma formação que privilegiou a visão segundo a qual o direito deve estar sob influência de princípios éticos como a cidadania e a justiça social.

2. Foi uma formação que privilegiou a visão segundo a qual o profissional do direito deve se ater estritamente às determinações da legislação vigente.
3. Foi uma graduação que privilegiou a visão segundo a qual o profissional do direito deve estar preparado para o mercado de trabalho (público ou privado).

E8 – Olhando as alternativas deste anexo, na sua opinião, qual das duas proposições melhor corresponde à sua visão do que **deve** ser a formação em Direito:

[ ]

1. A formação em Direito deve privilegiar a visão segundo a qual o direito deve estar sob influência de princípios éticos como a cidadania e a justiça social.
2. A formação em Direito deve privilegiar a visão segundo a qual o profissional do direito deve se ater estritamente às determinações da legislação vigente.
3. A formação em Direito deve privilegiar a visão segundo a qual o profissional do direito deve estar preparado para ingressar e atuar no mercado de trabalho (público ou privado).

E9 – O(a) sr.(a) chegou a realizar o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil?

1. Sim                      2. Não            88. NS        99. NR

[ ]

## QUARTO BLOCO – CARREIRA

Neste bloco, farei perguntas que me permitirão saber mais sobre a trajetória profissional que os(as) atuais Assessores(as) tiveram que percorrer ao longo de sua vida para chegar às Procuradorias do Ministério Público do Paraná.

C1 – Se depois de formado(a) e antes de ingressar como Assessor(a) na Procuradoria de Justiça do MP-PR, o(a) sr.(a) exerceu alguma atividade profissional. Indique qual:

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

C2 – O(a) sr.(a) aguardou como voluntário(a) até a nomeação ao cargo de assessor(a)?

1. Sim                      2. Não            88. NS          99. NR

[ ]

C3 – Em que ano o(a) sr.(a) foi nomeado(a) assessor(a) da Procuradoria de Justiça?

=====➡



C4 - O(a) sr.(a) poderia indicar, por ordem de importância, até três **fatores decisivos** para que alguém seja escolhido(a) Assessor(a) de Procurador(a) de Justiça do Ministério Público do Paraná:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

C5 – O(a) Sr(a). concorda com a indicação final para Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná feita pela Chefe do Poder Executivo?

1. Sim 2. Não 88. NS 99. NR

[ ]

C6 - O(a) sr.(a) fez concurso(s) para outros cargos públicos antes de se tornar Assessor(a)? Se sim, quais? (máx. três).

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

C7 – O(a) sr.(a) tem frequentado ou já frequentou algum curso preparatório para concursos públicos? Se sim, qual(is)?

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

C8 – O(a) sr.(a) conhecia o(a) Procurador(a) de Justiça antes de ser seu(sua) Assessor(a) no MP-PR?

1. Sim 2. Não 88. NS 99. NR

[ ]

9 – O(a) sr.(a) já foi Assessor(a) de outra Procuradoria Justiça? C

1. Sim 2. Não 88. NS 99. NR

[ ]

C10 – O(a) sr.(a), embora lotado(a) numa Procuradoria de Justiça, já trabalhou à disposição de outra Procuradoria Justiça?

1. Sim 2. Não 88. NS 99. NR

[ ]

---

**C11 – (PARA QUEM RESPONDE QUE JÁ TRABALHOU COMO ASSESSOR(A))**

Há dificuldade em “ficar à disposição” de outra Procuradoria de Justiça?

1. Sim 2. Não 88. NS 99. NR

[ ]

Indique qual a principal dificuldade, se for o caso:

---

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

C12 – Por favor, a fim de saber qual é sua opinião a respeito do perfil ideal para se trabalhar como Assessor(a) da Procuradoria de Justiça, indique três características que sintetizam esse perfil de Assessor(a):

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

---

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

<b>QUINTO BLOCO – VALORES JURÍDICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS</b>
--

Neste bloco, farei ao sr.(a) um conjunto de questões que pretendem captar sua opinião sobre o Direito, a democracia e a sociedade. Tais questões me ajudarão a conhecer melhor o pensamento dos(as) Assessores(as) dos Procuradores de Justiça do Ministério Público do Paraná.

<b>sub-bloco: valores jurídicos</b>
-------------------------------------

V1 – **(ANEXO 18)** Por favor, dentre as três alternativas deste anexo, indique aquela com a qual o(a) sr.(a) mais se identifica:

[ ]

1. O Ministério Público deve atribuir-se um papel de garantidor da justiça, da defesa da sociedade e da manutenção da ordem.

2. O Ministério Público deveria limitar-se a intervir em assuntos pertinentes à seara criminal.

3. O Ministério Público deve promover a realização plena do Estado de Direito, garantindo a aplicação da lei e sua correta interpretação.

---

V2 - Gostaria de saber se o(a) sr.(a) concorda ou discorda das seguintes afirmações:

1. Concordo    2. Discordo    88.NS    99.NR

V2a. “A atuação profissional do promotor(a)/procurador(a) de justiça deve se pautar pela busca da justiça social e pelo atendimento das reivindicações de sujeitos coletivos, mesmo que para isso tenha que romper com a estrita observância da lei”. ☐

V2b. “Princípios éticos, morais e políticos exteriores ao direito, tais como a redução da desigualdade social, solidariedade etc., devem ser perseguidos pelo promotor(a)/procurador(a) no exercício de sua atividade profissional desde que isso não implique romper com a estrita observância da lei”. ☐

V2c. “O promotor(a)/procurador(a) deve buscar a aplicação imparcial da lei e, portanto, não cabe a ele perseguir a implementação de princípios éticos, morais e políticos exteriores ao direito, mas sim a certeza jurídica”. ☐

V2d. “A emergência de novos sujeitos sociais vem inaugurando lugares e procedimentos que estão desempenhando funções substitutivas às do Judiciário. A democracia sai ganhando com a difusão de vias paralelas ao Poder Judiciário”. ☐

---

V3 - Indique a proposição com a qual o(a) sr.(a) mais se identifica:

☐

1. A existência de promotor(a) de justiça eleito pelo povo garantiria ao Ministério Público uma proximidade efetiva com os valores da comunidade, traduzindo-se em aprimoramento da ordem democrática.

2. O Estado democrático de Direito é melhor assegurado pelo sistema de concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público, evitando a intromissão das diversas formas de particularismo no exercício das funções constitucionalmente destinadas ao Ministério Público.

---

V4 – Na sua opinião, quais são, por ordem de importância, as três características que definem o perfil da maioria dos juízes?

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

V5 – Na sua opinião, quais são, por ordem de importância, as três características que definem o perfil da maioria dos advogados?

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

**(ANOTAR POR EXTENSO PARA POSTERIOR CODIFICAÇÃO)**

<b>sub-bloco: valores políticos</b>
-------------------------------------

V6 - Peço sua atenção para as frases a seguir e indique qual a forma de governo (democracia ou ditadura) é melhor para cada situação. Por favor, indique apenas uma opção: **(LER SOMENTE ALTERNATIVAS – MARCAR 1 DEMOCRACIA E 2 DITADURA)**

1. Para lidar com o problema da insegurança pública e diminuir a violência social, que acomete a sociedade brasileira. ☐
2. Para promover a redução das desigualdades sociais no Brasil, dentre elas a distribuição de renda. ☐
3. Para garantir a manutenção da ordem social e o Estado de Direito. ☐
4. Para promover o desenvolvimento nacional. ☐
5. Para reduzir a corrupção no governo federal. ☐
6. Para uma economia forte, aumentar a sensação de segurança e a prosperidade individual do brasileiro. ☐

V7. De “zero” a “dez”, quando “zero” representa o menor obstáculo e “dez” o maior, gostaria de saber quais são, na sua opinião, os fatores que ainda se constituem nos principais obstáculos à democracia no Brasil:

8. NS

9. NR

- |   |                          |
|---|--------------------------|
| V15a. a ganância das elites                                 | <input type="checkbox"/> |
| V15b. a desigualdade de renda                               | <input type="checkbox"/> |
| V15c. o baixo nível educacional da população                | <input type="checkbox"/> |
| V15d. o desrespeito aos direitos humanos                    | <input type="checkbox"/> |
| V15e. o radicalismo dos movimentos sociais                  | <input type="checkbox"/> |
| V15f. a corrupção nos órgãos públicos                       | <input type="checkbox"/> |
| V15g. a violência e o crime organizado                      | <input type="checkbox"/> |
| V15h. A dificuldade dos mais pobres de ter acesso à justiça | <input type="checkbox"/> |
| V15i. A concentração da propriedade da terra                | <input type="checkbox"/> |

<b>sub-bloco: valores sociais</b>
-----------------------------------

V8 – **(ANEXO 27)** Gostaria de saber em que medida o(a) sr.(a) concorda com a seguinte afirmação: “a manutenção da ordem social pressupõe, por parte de todas as pessoas, a **obediência rigorosa** às hierarquias sociais”.

1. Sim 2. Não 88. NS 99. NR

[ ]

---

V9 – O(a) sr. (a) concorda com a seguinte afirmação: “O Ministério Público pode realizar investigação criminal própria a fim de instruir a denúncia e, por conseguinte, futura persecução penal no caso de crime de ação pública incondicionada.”

1. Sim 2. Não 88. NS 99. NR

[ ]

---

**Agradeço a sua participação e estou à disposição para maiores esclarecimentos no local indicado.**

**Cordialmente,**

**Rafael Rodrigues Viegas**